



2025

CADERNO DE RESUMOS

APRESENTAÇÕES
GRUPOS DE TRABALHO (GTS)
E MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

APOIO E REALIZAÇÃO



Realização:

Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI)

Centro Socioeconômico (CSE)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenação:

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Comissão Organizadora:

Arielle de Jesus Medeiros - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Camila Alessandra da Cruz Correa - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Eduardo Leite Muniz - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Fabício Yuri de Souza Vitorino - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Gabriela de Mendonça Lima Penna - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Luciana Carvalho Garcia Oliveira - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Comissão Acadêmica:

Bruno Andrade Teixeira - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Ester Gruppelli Kurz - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Jean Samuel Rosier - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Lucas Mota Ferreira - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Tomás Gomes João - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Caderno de Resumos:

Edição: Camila Alessandra da Cruz Correa - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Revisão: Aline Lima Ramalho (Jornalista - DRT: 0006999/SC)

Laienifer Pintos Vieira (Programa de Pós-Graduação em Administração da Unipampa)

SUMÁRIO

Apresentação	5
Eixo Economia Política Internacional	6
GT 1. Transição Energética, Neoextrativismo e Financeirização da Natureza: Ações e Implicações na América Latina e Brasil	7
GT 2. Instituições Internacionais, Cooperação Internacional e Economia Política Global	12
GT 3. Agronegócio, Crise Ecológica e Sustentabilidade	17
Eixo Política Internacional	20
GT 4. Diplomacia, Competição de Potências e Crises Democráticas: Os Desafios das Relações Internacionais na África e no Brasil	21
GT 5. Tecnologia, Ciberespaço e Hegemonia Informacional	24
GT 6. Multipolaridade e Mudança Política: Europa, Oriente Médio e América Latina em Perspectiva	27
GT 7. Governança Global e Agendas Climáticas e Energéticas: Da Consolidação Histórica às Políticas Nacionais	32
GT 8. Política Externa Brasileira e os desafios da ordem internacional	38
GT 9. Geopolítica, Segurança e Conflitos Internacionais	41
GT 10. Hegemonia e Neoliberalismo: Intervenção, Política e Cultura	43
GT 11. Raça, Direitos Humanos e Movimentos Sociais	47
GT 12. Cooperação Internacional em Saúde e Segurança: As Novas Dinâmicas de Governança Global e Regional	50
Mostra de Iniciação Científica	55

APRESENTAÇÃO

O Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais (SEPERI) é um evento acadêmico voltado ao debate de pesquisas nas áreas de Economia Política Internacional e Política Internacional, alinhado às linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O seminário tem como objetivo principal promover a discussão de estudos em andamento de graduandos(as) e pós-graduandos(as) em Relações Internacionais e áreas afins. Na sua 5ª edição, o seminário focará em debater, através de suas atividades, os desafios e potencialidades que a inteligência artificial apresenta para a pesquisa científica e para as relações internacionais. Não restringindo as pesquisas a serem apresentadas no evento a essa temática. O evento será realizado nos dias 24 e 25 de novembro de 2025, no Centro Socioeconômico da UFSC. O presente Caderno de Resumos produzido pela Comissão Organizadora do V SEPERI tem o objetivo de facilitar a experiência dos participantes no evento, divulgando informações sobre os trabalhos aprovados no âmbito dos eixos temáticos dispostos no edital de chamada de artigos, bem como, os resumos das pesquisas aprovadas para a Mostra de Iniciação Científica. Estas páginas servirão como ponto de partida para conversas, perguntas e colaborações ao longo do seminário. Boa leitura.

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

***GT 1. Transição Energética, Neoextrativismo e Financeirização da
Natureza: Ações e Implicações na América Latina e Brasil
24/11/2025 às 9h, sala virtual***

**A GEOPOLÍTICA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: AMÉRICA LATINA E OS
MINERAIS CRÍTICOS**

Mariana Collette Piai Ersina
(Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: marianaersina.c@gmail.com

Atribuída por muitos analistas e representantes institucionais como a solução para a crise climática, a chamada "revolução da energia verde", impulsionada no pós-assinatura do Acordo de Paris, tem causado, para além dos seus objetivos anunciados, graves problemas ambientais relacionados à exploração de minerais críticos essenciais para a geração, transmissão e utilização de energia baseada em fontes limpas e em recursos renováveis. Este artigo tem como objetivo participar dos debates acerca das transformações geopolíticas trazidas pela transição energética e dos efeitos colaterais da chamada “revolução da energia verde” na América Latina. Utilizando o arcabouço teórico marxista da crise estrutural do capital e mobilizando os dados pertinentes à exploração e processamento de minerais críticos, o artigo tem como hipótese que esse movimento reflete uma transição de poder econômico e político, e que não implica de forma imediata a mitigação dos principais problemas ambientais enfrentados no mundo. Argumenta-se que a transição energética em curso não demonstra capacidade de deter a crise econômica, ambiental e social que atravessa a sociedade, mas, sim, demonstra dar continuidade a um modelo insustentável de desenvolvimento. Ademais, reforça na América Latina um padrão de extrativismo predatório extremamente prejudicial, sobretudo para os indígenas, ribeirinhos, camponeses e para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Minerais críticos; Transição Energética; Imperialismo.

FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA E NEOEXTRATIVISMO: ANÁLISE DA AGENDA AMBIENTAL DO BANCO MUNDIAL PARA O BRASIL¹

Daniel Sauruk Taborda
(Bacharel em Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: dani.sauruk@gmail.com

A agenda ambiental ganhou centralidade no cenário internacional nas últimas décadas, levando instituições a incorporarem o discurso do desenvolvimento sustentável em suas operações. Com origem em Bretton Woods, o Grupo Banco Mundial (GBM) consolidou-se como um dos principais atores multilaterais na promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, parte-se da hipótese de que a retórica voltada à proteção ambiental frequentemente esconde uma lógica de atuação orientada pela expansão de mercados e transformação da natureza em ativo financeiro. A partir disso, questiona-se: *como o GBM perpetua o neoextrativismo e a financeirização da natureza no Brasil?* Enquanto promove instrumentos de mercado como soluções técnicas para a crise ecológica, a instituição continua financiando setores vinculados ao extrativismo intensivo, associados a conflitos socioambientais. Esse descompasso revela que a agenda ambiental funciona como estratégia de legitimação de um modelo de desenvolvimento que prioriza a acumulação de capital em detrimento de uma real proteção socioambiental. Portanto, este trabalho tem como objeto de estudo a agenda ambiental do GBM para o Brasil e como objetivo geral analisar as contradições entre o discurso institucional e as práticas da instituição para o país. De forma específica, busca-se: (1) examinar a estrutura de poder e evolução das políticas ambientais do GBM; (2) compreender os conceitos de desenvolvimento sustentável, economia verde e financeirização da natureza; (3) relacionar essas práticas ao neoextrativismo e suas consequências socioambientais. Para tanto, adota-se a abordagem qualitativa fundamentada na Teoria Crítica das Relações Internacionais. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de autores como Escobar, Furtado, Acosta, Brand e Svampa, e em análise documental de dois relatórios recentes: "Um Roteiro para a Ação Climática na América Latina e no Caribe" (2022) e "Estratégia de Parceria com o País para a República Federativa do Brasil relativa ao período EF24–EF28" (2024). Analisa-se, também, dados sobre projetos financiados pelo Banco no Brasil, vinculados a empresas com denúncias de impactos socioambientais. A pesquisa demonstra que o GBM não oferece alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente. Ao contrário, atua como perpetuador ao promover mecanismos de mercado associados ao neoextrativismo, caracterizado pela extração intensiva de recursos naturais, e à financeirização da natureza, por meio da criação de instrumentos que transformam o meio ambiente em ativo financeiro negociável. Dessa forma, o discurso de “economia verde” e “desenvolvimento sustentável” apresenta pequenos ajustes ao sistema capitalista como solução suficiente, desconsiderando a necessidade de transformações estruturais. Conclui-se que a atuação do GBM reforça a lógica da acumulação capitalista, em detrimento de uma verdadeira transição socioecológica. Para além das políticas do GBM, alternativas concretas precisam ser construídas, colocando como prioridade o bem-estar coletivo e a integridade dos ecossistemas, em lugar da busca incessante pelo crescimento econômico.

¹ Esta proposta de trabalho se relaciona ao Trabalho de Conclusão de Curso “ENTRE A PROTEÇÃO E O LUCRO: A agenda ambiental do Banco Mundial para o Brasil” submetido e defendido em junho de 2025 ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta pesquisa recebeu financiamento do CNPq e vincula-se ao INCT/INEU.

Palavras-chave: Agenda Ambiental; Grupo Banco Mundial; Neoextrativismo; Financeirização da Natureza.

AGRONEGÓCIO DA SOJA E CRISE ECOLÓGICA NO BRASIL: O CAMINHO PELA FINANCEIRIZAÇÃO²

Marcos Paulo Barreto Nogueira
(Economia Política Internacional/UFRJ)
E-mail: marcos.nogueira@pepi.ie.ufrj.br

O trabalho investiga como a financeirização reorganiza o agronegócio da soja no Brasil no século XXI. Parte-se de um quadro empírico marcante: entre as safras 1980 e 2022/23, a produção de soja cresceu 906%, e, desde a safra 2017/18, o país se consolidou como maior produtor mundial, com forte expansão territorial e reconfiguração socioecológica. Dessa forma, como o neoliberalismo se constitui no Brasil tem na sojicultura um momento essencial. Teoricamente, adota-se a leitura que entende a financeirização não como “desvio parasitário”, mas como tecnologia de poder que disciplina agentes via normalização baseada em risco e objetificação do futuro. Busca-se compreender de que modo a financeirização, ao padronizar riscos e antecipar fluxos de renda futuros (esperados), impõe critérios de desempenho que moldam decisões produtivas, uso do território e relação com a natureza no complexo soja – desde produtores e cooperativas até grandes *tradings* e o Estado. A precificação e a capitalização não precisam implicar no “preço correto”, mas já em seu modo de funcionamento se estabelece um dispositivo disciplinador no presente, redefinindo estratégias de exploração e alocação de recursos. Esse processo ganha força em cadeias globais de *commodities* altamente padronizadas e financeirizadas, nas quais a coordenação do setor se desloca para mercados e bolsas. O objetivo geral é explicar o desenvolvimento do agronegócio da soja nas últimas duas décadas à luz de seus marcadores de financeirização. Especificamente: (i) descrever a forma social da natureza no capitalismo; (ii) examinar a penetração das finanças na agricultura brasileira; (iii) identificar como a financeirização opera no setor da soja; e (iv) analisar seus efeitos econômicos e socioambientais. Trata-se de pesquisa descritiva, qualitativa, baseada em revisão bibliográfica (livros e artigos) e pesquisa documental (relatórios oficiais e setoriais), com sistematização de dados secundários sobre produção, crédito, área plantada e insumos; não se pretende modelagem econométrica. Espera-se mapear instrumentos e instituições que ancoram a financeirização no campo e mostrar seus efeitos disciplinadores, que implicam em graves efeitos ecológicos. Entre os marcadores previstos: (a) predominância de *funding* privado via Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), cujo avanço desloca poder decisório para o capital financeiro e condiciona o acesso ao crédito pelo “perfil de risco” do produtor; (b) flexibilizações regulatórias – notadamente a Lei do Agro – que ampliam o escopo da CPR (vinculação a empresas do exterior e denominação em dólar) e expandem LCAs/CRA's da produção primária para a agroindústria; (c) criação e difusão dos Fiagros (Lei 14.130/2021), que integram terras, logística e dívidas em carteiras negociadas em bolsa, aprofundando a financeirização do território. Ao conectar esses vetores à dinâmica das cadeias globais, o estudo espera evidenciar como a normalização pelo risco organiza produção, endividamento e expansão espacial da soja, com implicações para clima, biodiversidade e conflitos socioambientais – contribuindo, assim, para o debate sobre sustentabilidade e governança econômica no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Agronegócio; Financeirização; Crise Ecológica.

² Trabalho vinculado ao Mestrado em Economia Política Internacional/UFRJ; pesquisa se encontra em fase de construção. Estudante bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

GOVERNANÇA CADEIAS DE VALOR GLOBAL E TRANSIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE NA PECUÁRIA BRASILEIRA

Luiz Fernando Wendhausen Barreto Lima
(Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais/UNB)
E-mail: luiz.wendhausen@aluno.unb.br

O presente trabalho, parte da dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, tem como objetivo apresentar a discussão sobre Governança de Cadeias de Valor Global e Transições de Sustentabilidade, discutindo a partir da pecuária brasileira. De acordo com a literatura sobre Governança de Cadeias de Valor Globais, essas podem apresentar diferentes configurações, a partir da estrutura entre atores, suas relações de poder e dependência. Uma das possíveis configurações, é um modelo Governança Multipolar e híbrida, indicando a existência de múltiplos atores que, em resposta a desafios externos, adicionam diferentes camadas na governança de uma cadeia de valor global, e híbrida, porque os atores podem ser tanto público quanto privado, e suas ações podem ser individuais e/ou entre múltiplas partes interessadas (*multistakeholders*). Por sua vez, as teorias de Transição de Sustentabilidade estudam como Regimes Sociotécnicos sofrem pressão de um Panorama externo e mais amplo, bem como do desenvolvimento de novas tecnologias em nichos, e transacionam para um modelo mais sustentável. Nessa literatura, que tem como eixo central a análise de Frank Geels (2002; 2011), os processos de (des)empoderamento entre atores e o papel de combinações entre instrumentos políticos também possuem um papel central. A cadeia produtiva da pecuária brasileira é um exemplo de Cadeia de Valor Global, com impacto significativo sobre o meio ambiente e questões socioambientais, visto ser a maior fonte de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e ter grande incidência de trabalhos análogos à escravidão, e por isso, entender como a governança dessa cadeia produtiva direciona a trajetória de transição de sustentabilidade.

Palavras-chave: Governança; Cadeias de Valor Global; Transição de Sustentabilidade; Pecuária.

GT 2. Instituições Internacionais, Cooperação Internacional e Economia Política Global

24/11/2025 às 9h30min no Mini Auditório CNM

O PODER ESTRUTURAL DO AfDB EM ANGOLA: UMA ANÁLISE À LUZ DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Tilson António Dias André

(Mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental/UDESC)

E-mail: tilsonantoniodiasandre@gmail.com.br

O presente artigo tem como objetivo analisar o poder estrutural do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) em Angola. Os objetivos específicos são: contextualizar o AfDB no sistema internacional; analisar seu papel na economia angolana; interpretar seus efeitos a partir da teoria da dependência e do poder estrutural. Refletindo em que medida a intervenção desta instituição financeira regional de natureza internacional, única em África, tem moldado a estrutura do poder político e funcionamento angolano. Partindo do pressuposto de que os inúmeros desafios na execução das suas agendas (*light 5*), ligadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015), não resultam de disputa política e econômica pelos seus credores, apesar da maior parte dos países membros serem africanos que os conferem algum poder decisório. Para melhor compreender essa problemática, usou-se o método de revisão de bibliografia teórica com procedimento narrativo e analítico, dialogando com diversas perspectivas da teoria da dependência (Bond, Ndlovu-Gatsheni, Evens, Olukoshi, 2016) aplicada ao continente africano, bem como a visão de Susan Strange como uma das precursoras da EPI (Economia Política Internacional), para perceber o poder estrutural e a hierarquia monetária nas relações entre as Instituições Financeiras Internacionais e os Estados. Portanto, o AfDB, continua sendo um espaço de disputa de poder entre as potências ocidentais e os Estados africanos pela passividade no exercício do poder apesar da configuração do sistema. A relação do AfDB com as instituições financeiras internacionais ainda não ganhou tanta aproximação apesar das agendas internacionais. Por outro lado, apesar dos interesses do AfDB, os investimentos em projetos de desenvolvimento em Angola têm proporcionado poucos benefícios às populações pela reduzida abrangência no número de famílias e efemeridade, embora a sua intervenção em Angola tenha colaborado para tentativas de diversificação da economia e sustentabilidade do país.

Palavras-chave: Economia Política Internacional; Teoria da Dependência; Poder Estrutural; AfDB; Angola.

A CHINA E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA ASIÁTICA: UMA ANÁLISE DA PARCERIA ECONÔMICA REGIONAL ABRANGENTE³

Ester Gruppelli Kurz

(Doutorado em Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina)

E-mail: gruppellikurzester@gmail.com

O presente artigo tem como tema os acordos comerciais da China no âmbito da Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) e seus impactos na economia regional e global. O objetivo é analisar como a participação chinesa na RCEP contribui para o fortalecimento de sua posição econômica na Ásia e para a reconfiguração das hierarquias da economia-mundo capitalista. A RCEP é um acordo de livre comércio firmado em 2020 entre 15 países da Ásia-Pacífico — incluindo China, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e os dez membros da ASEAN —, que entrou em vigor em 2022. Trata-se do maior acordo comercial do mundo, abrangendo cerca de 30% do PIB e do comércio global. Seu principal propósito é reduzir tarifas, harmonizar regras de origem e facilitar o fluxo de bens, serviços e investimentos entre os países-membros, promovendo maior integração das cadeias produtivas regionais. A RCEP busca também fortalecer o comércio intra-asiático e aumentar a competitividade da região frente a outras potências econômicas. O problema de pesquisa que orienta o estudo é: de que maneira a RCEP tem impulsionado a integração econômica regional e fortalecido a liderança da China no comércio asiático e global? A hipótese central é que a RCEP funciona como um instrumento estratégico da política externa e econômica chinesa, permitindo à China expandir suas cadeias de valor, consolidar sua influência sobre os países asiáticos e criar um ambiente institucional favorável à acumulação de capital sob sua liderança. Para analisar a influência da RCEP sobre o comércio regional e global, serão analisadas as trocas comerciais entre os países da RCEP e seus principais parceiros. Para isso, serão utilizados dados da *UN Comtrade* e do *RCEP Trade Tacker*.

Palavras-chave: China; *Regional Comprehensive Economic Partnership*; Economia-mundo capitalista.

³ Trabalho sendo desenvolvido como parte da pesquisa para a tese de conclusão de doutorado. Bolsista de doutorado pela CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

A NÃO EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO: A INFLUÊNCIA DE INTERESSES ECONÔMICOS NA EXCLUSÃO DA AGENDA DA BIOPROSPECÇÃO DO REGIME ANTÁRTICO E O CASO DO REINO UNIDO⁴

Bruno Andrade Teixeira
(PPGRI/UFSC)

E-mail: bruno.a.teixeira96@gmail.com

O título deste artigo é análogo ao livro “A Evolução da Cooperação”, de Axelrod. No entanto, em vez de examinar como a cooperação internacional surge e se fortalece, investigamos por que ela não evolui, tomando como estudo de caso a bioprospecção na Antártica. Diversos membros consultivos adotam postura cooperativa ao compartilhar informações e debater práticas nas Reuniões Consultivas. Contudo, a exigência de consenso confere a uma minoria poder de veto, muitas vezes exercido por meio do silêncio. Argumentamos que a decisão de manter a bioprospecção fora do regime regulatório antártico é influenciada por empresas de biotecnologia bem-posicionadas globalmente, enquanto a cooperação tende a ser promovida por atores interessados em melhorar sua posição relativa na inovação antártica. Utilizamos o número de patentes relacionadas à Antártica como indicador de competitividade e o de documentos submetidos às Reuniões Consultivas como medida de apoio à cooperação. Ao distribuir a média dessas variáveis em quadrantes, notamos que a hipótese sobre competitividade econômica e não cooperação se confirma principalmente para líderes em patentes que não submeteram documentos sobre bioprospecção. Já posições cooperativas destacaram-se entre inovadores retardatários. Concluímos ressaltando que tanto cooperação quanto não cooperação geram efeitos distributivos e questionamos se inovadores tardios com baixa capacidade de absorção biotecnológica poderão melhorar sua posição relativa caso a bioprospecção seja incorporada ao regime. Nesse sentido, o presente estudo busca fazer uma análise de caso sobre os posicionamentos do Reino Unido, o qual está posicionado entre os líderes de patentes antárticas, ao passo que possui uma menor atividade cooperativa sobre a agenda. Para tanto, será analisado por meio de *text mining* os posicionamentos do Reino Unido nos documentos de trabalho e os Informes Finais das reuniões. Como material de apoio, será feita revisão bibliográfica para verificar como o Reino Unido atuou no âmbito do Acordo sobre Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ). Os resultados provisórios sugerem que o Reino Unido pouco se posiciona sobre a bioprospecção na Antártica. A atitude anti-cooperativa pode estar atrelada a busca do não compartilhamento de informações e de tecnologias que poderiam colocar suas empresas nacionais em risco, o que pode ser observado ainda em outras negociações internacionais.

Palavras-chave: Antártica; Bioprospecção; Recursos Genéticos; Cooperação Internacional; Ciência, Tecnologia e Inovação.

⁴ Este trabalho é parte da construção da minha tese, a qual está em andamento. Agência de fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 62/2024.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS DO USO DO CHAT GPT COMO FERRAMENTA DE PESQUISA: REFLEXÕES SOBRE OS GASTOS DA UFSC COM A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO⁵

Iara Costa Leite

(RI/UFSC)

E-mail: iara.leite@ufsc.br

Bernardo Almada Kiefer

(RI/UFSC)

E-mail: bernardo1almada@gmail.com

Mayara Marcelli de Souza Soares da Silva

(RI/UFSC)

E-mail: maya.marcelli@gmail.com

A arquitetura da cooperação para o desenvolvimento sofreu inúmeras transformações ao longo das décadas, as quais incluíram a ampliação dos temas e dos atores envolvidos. Nos últimos anos, em contexto marcado pela (re)emergência da Cooperação Sul-Sul (CSS) e pelo lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ganharam espaço iniciativas voltadas para a revisão das métricas da cooperação para o desenvolvimento, sendo a principal delas a *Total Official Support for Sustainable Development* (TOSSD). Liderada pela OCDE, a TOSSD computa desembolsos tradicionalmente excluídos da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD), incluindo a CSS e atores privados. Cumpre observar, ainda, a centralidade adquirida por institutos de pesquisa e universidades, que participam da implementação de projetos de cooperação técnica, recebem estudantes de países em desenvolvimento e realizam atividades de pesquisa e desenvolvimento. Práticas de metrificação da cooperação não são empreendimentos meramente técnicos, mas, principalmente, políticos. Nesse sentido, é importante observar não apenas o que muda naquelas práticas ao longo do tempo, mas também o que permanece. Apesar da ampliação das modalidades incluídas no âmbito da TOSSD, subsiste a ideia de que há uma unilateralidade nos fluxos de recursos de países ‘provedores’ para países ‘beneficiários’. Embora a literatura reconheça abertamente a existência de benefícios os mais variados para os países ‘doadores’ – incluindo econômicos e securitários –, as práticas de metrificação dominantes continuam se baseando na ideia de que países mais ricos transferem recursos para promover o desenvolvimento de países mais pobres. Com isso, deixa-se de considerar que recursos do Sul alimentam o desenvolvimento do Norte, conforme amplamente abordado pela teoria da dependência. A partir de 2010, o Brasil deu início à publicação periódica dos relatórios ‘Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional’ (COBRADI/IPEA). Estes, que compilam gastos anuais realizados pelo governo federal com a cooperação, romperam com as práticas de metrificação lideradas pela OCDE de diversas maneiras. Uma delas diz respeito ao fato de o IPEA não ter se restringido apenas à contabilização dos recursos brasileiros que tiveram como destino países em desenvolvimento. Incluíram-se, também, recursos que tiveram como destino os países desenvolvidos – no âmbito da chamada cooperação ‘Sul-Norte’. A inclusão dos gastos com a cooperação com países desenvolvidos coloca em xeque o pressuposto de que experiências e conhecimentos produzidos em um país em desenvolvimento, como o Brasil, seriam passíveis de aproveitamento apenas em outros países em desenvolvimento. A partir de 2022, o IPEA passou a demandar das universidades públicas que contabilizassem e reportassem seus gastos com a cooperação. Assim, a UFSC passou a

⁵ Esta comunicação foi produzida a partir de pesquisa financiada pela FAPESC (Edital de Chamada Pública n. 07/2024, Apoio à mobilidade para pesquisadores catarinenses).

coletar seus gastos diretos e indiretos com a cooperação, associando-os à agenda dos ODS. Devido ao alto volume de dados, especialmente no caso dos afastamentos docentes para o exterior, decidiu-se desenvolver um protocolo para automatizar a classificação do(s) ODS(s) e meta(s). Este artigo documenta o processo de desenvolvimento desse protocolo, ressaltando dificuldades relacionadas ao adequado julgamento da ferramenta em função do entendimento tradicional de que, em uma relação entre um país em desenvolvimento e um país desenvolvido, é o último, e não o primeiro, que contribui com recursos e conhecimentos.

Palavras-chave: Cooperação para o Desenvolvimento; Universidades; Brasil; Sul-Norte; Chat GPT.

GT 3. Agronegócio, Crise Ecológica e Sustentabilidade

25/11/2025 às 9h na sala F207 do Bloco F CSE

O BRASIL E A EXPANSÃO GLOBAL DO REGIME DE ACUMULAÇÃO MOVIDO A PETRÓLEO

Augusto da Rosa Carioni

(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: augustorcarioni@gmail.com

Felipe Hübner Rodrigues Alvim

(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: felipehubner1605@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo examinar a dinâmica entre a acumulação de capital e recursos energéticos no Brasil, a partir da consolidação mundial do petróleo como um dos vetores do capitalismo no século XX. A acumulação movida a petróleo, interpretada por Roberto Ortiz, foi característica do pós-guerra, baseada na extração do excedente gerado a partir de energia barata, e se manifestou no Brasil por meio da busca de internalizar a produção de petróleo e de seus derivados no território nacional. Esse regime de acumulação foi condicionado pela fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação descrito por Giovanni Arrighi, a qual se evidencia fundamental para a perseguição dessa estratégia de desenvolvimento, considerando a expansão industrial mundial e a presença de capital no período. Adicionalmente, a análise considera que a acumulação de capital no Brasil envolveu a apropriação de excedente ecológico, em que recursos periféricos foram incorporados aos processos econômicos, evidenciando a dimensão ambiental e social da acumulação movida a petróleo. Para a feitura do artigo, será utilizada uma análise qualitativa das bibliografias, complementada pelo método da comparação abrangente, proposto por Charles Tilly, permitindo situar o caso brasileiro dentro de um contexto comparativo mais amplo. A problemática que move a pesquisa é: “como a acumulação movida a petróleo se manifestou no Brasil a partir da fase de expansão material da hegemonia estadunidense?”. Nesse sentido, a hipótese central do estudo é que a Petrobras pode ser analisada como a representação institucional da expansão da fronteira energética no Brasil, funcionando como instrumento para incorporar o país no regime de acumulação fóssil. Os objetivos do trabalho incluem: 1. Investigar como a Petrobras participou do processo de produção e comercialização do petróleo e derivados no Brasil; 2. Avaliar a contribuição da acumulação movida a petróleo na trajetória do capitalismo brasileiro; e 3. Relacionar a história da indústria petrolífera nacional às condicionantes sistêmicas da economia-mundo capitalista. Espera-se que a pesquisa revele como a acumulação movida a petróleo consolidou padrões de dependência no Brasil, que foi inserido de forma periférica no capitalismo global. Pretende-se também evidenciar a atuação da Petrobras enquanto um articulador de políticas energéticas nacionais e fluxos de capital externos.

Palavras-chave: Energia; Capital; Estado.

FINANÇAS VERDES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ADAPTAÇÃO DAS TERRAS BRASILEIRAS AO CONSENSO CLIMÁTICO DE WALL STREET ⁶

Fábia Muneron Busatto

(Mestranda PPPGRI/UFSC)

E-mail: fabiamuneronb@gmail.com.br

Este trabalho analisa como a financeirização da natureza, do clima e da terra no Brasil tem sido impulsionada por políticas verdes hegemônicas, moldadas pelo capitalismo monopolista e pelo neoliberalismo global (Furtado, 2015). O estudo parte do problema central de compreender como a agenda climática internacional, promovida por organismos como a UNFCCC e o Banco Mundial, tem influenciado as políticas ambientais e agrário-climáticas brasileiras, transformando a natureza em ativos financeiros (Funk, 2022) e transformando a lógica do funcionamento de políticas públicas. O objetivo principal do trabalho é investigar de que maneira esse processo se consolidou no Brasil, desde a institucionalização de mecanismos de mercado nas políticas climáticas até a atuação do Estado como intermediário das finanças privadas. Como objetivo secundário, procura-se traçar como os agentes privados do agronegócio estão envolvidos neste processo. A pesquisa também busca interpretar essa dinâmica sob uma perspectiva neogramsciana, entendendo o capitalismo verde como um projeto hegemônico que redefine as relações entre economia, Estado e meio ambiente (Gill, 2014). Metodologicamente, o trabalho combina análise documental de legislações e relatórios internacionais com uma revisão crítica da literatura sobre financeirização, capitalismo verde e hegemonia. O estudo examina como eventos globais contribuíram para a adoção de políticas de “economia verde” no Brasil, incluindo mercados de carbono, mecanismos de compensação ambiental e títulos verdes do agronegócio. Os resultados parciais indicam que o Brasil tem seguido uma trajetória marcada pela mercantilização e neoliberalização do controle da natureza, com o Estado desempenhando um papel central na mediação entre o setor financeiro e as políticas públicas. Identificou-se, por exemplo, que programas de desenvolvimento sustentável frequentemente se traduzem em novas formas de governança privada alinhadas ao chamado “Consenso de Wall Street” (Gabor, 2021). Conclui-se, provisoriamente, que a financeirização do clima e da terra no Brasil não é um fenômeno isolado, mas parte de um projeto global do capitalismo verde, que subordina a crise ecológica à lógica do mercado (Chiapello, 2020). Embora essa abordagem seja apresentada como uma solução técnica para os desafios ambientais, ela tende a aprofundar desigualdades e limitar a efetividade das políticas climáticas.

Palavras-chave: Financeirização; Finanças verdes; Agronegócio, Políticas climáticas, Consenso de Wall Street.

⁶ Parte de uma pesquisa em andamento financiada pela FAPESC.

RAÍZES DO AGRO: UMA LEITURA INSTITUCIONALISTA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO⁷

Isadora Maia di Santis
(Relações internacionais/ UFSC)
E-mail: isadora.disantis@hotmail.com.br
Solange Regina Marin
(Economia/ UFSC)
E-mail: solmarin@gmail.com

Este estudo analisa de que forma as instituições constituídas durante a economia agrícola colonial brasileira influenciam a estrutura contemporânea do agronegócio. Objetiva-se entender como as instituições do período colonial afetam as instituições econômicas do agronegócio, buscando especificamente (1) compreender as instituições e o papel dos valores segundo o institucionalismo original; (2) analisar quais as instituições permeavam a agricultura no Brasil colônia; e (3) analisar o agronegócio brasileiro, realizando um comparativo com o período colonial. Para isso, a metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica — fundamentada na Teoria Institucionalista Original, em obras de historiadores e economistas relevantes na leitura do Brasil colônia e em artigos científicos — e em uma análise documental — utilizando o Censo Agropecuário 2019. Inicialmente, argumenta-se que a agricultura colonial é estruturada em três instituições principais: a mão-de-obra exploratória, os latifúndios monocultores e a dominância do mercado externo perante o interno. Tais estruturas, ainda que tenham sido implementadas em uma relação de colônia-metrópole, eram aceitas pela sociedade colonial sem contestações expressivas. Posteriormente, compreende-se que, após o decorrer de mais de um século, o comportamento brasileiro contemporâneo se assemelha à dinâmica agrícola colonial. Realizando um comparativo entre os períodos, percebe-se que, embora adaptadas às transformações tecnológicas e contextuais, as três instituições em que se pautava a agricultura colonial permanecem sendo essenciais para o funcionamento do agronegócio. Acrescenta-se que a persistência desses padrões, os quais possuem pouco benefício social, econômico e ambiental, evidencia um forte tradicionalismo que envolve o setor, em que comportamentos são aceitos por argumentos pautados na ideologia ao invés de sua utilidade — ou seja, a dominância de valores cerimoniais perante instrumentais. Consequentemente, movimentos de contestação e mudança são enfraquecidos enquanto as tecnologias emergentes são moldadas para servir a ideologia dominante. Assim, ainda que seja transmitido que o agronegócio como salvador do enriquecimento nacional, o Brasil se mantém como um subordinado nas relações internacionais e sufoca o desenvolvimento socioeconômico da nação devido a um apego excessivo ao passado.

Palavras-chave: Agronegócio; Institucionalismo; Agricultura colonial.

⁷ Trabalho de Conclusão de Curso defendido para Bacharel de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

POLÍTICA INTERNACIONAL

GT 4. Diplomacia, Competição de Potências e Crises Democráticas: Os Desafios das Relações Internacionais na África e no Brasil

24/11/2025 às 9h, sala virtual

“GOLPE DE ESTADO” NA ÁFRICA OCIDENTAL: SALVAÇÃO NACIONAL OU RETROCESSO DEMOCRÁTICO? UMA ANÁLISE DOS CASOS DE MALI, BURKINA FASO, GUINÉ E NIGER

Armando Luis Madzimusso Mafuta
(Mestrando em Relações Internacionais, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA)
E-mail: alm.mafuta.2025@aluno.unila.edu.br

A África Ocidental consolida-se como a região com a maior incidência de golpes de Estado globalmente, com uma nova vaga a ocorrer entre 2020 a 2023, que depôs governos civis no Mali (2020), Guiné (2021), Burkina Faso (2022) e Níger (2023). Estes eventos colocam uma questão central: representam estes golpes um mecanismo de “salvação nacional” perante Estados falhados ou, pelo contrário, um profundo “retrocesso democrático”? A pesquisa insere-se no campo das Relações Internacionais, analisando dinâmicas de poder, soberania e (des)integração regional em contextos de crise. A problemática reside na aparente contradição entre a justificação popular e securitária para os golpes e o seu caráter anticonstitucional. O estudo questiona em que medida estes atos, ao derrubarem governos civis percebidos como ineficazes e ilegítimos, constituem uma resposta a falências estruturais ou um retrocesso que agrava a instabilidade a médio e longo prazo. O objetivo principal é analisar se estes golpes representam um processo de “salvação nacional” ou um “retrocesso democrático”. Para tal, definem-se objetivos específicos: (i) contextualizar historicamente o fenômeno, identificando fatores causais como governação, segurança e geopolítica; (ii) examinar as narrativas de legitimação das juntas militares e o seu acolhimento popular, contrastando-as com o quadro jurídico da CEDEAO; e (iii) avaliar o impacto pós-golpe na segurança, política interna e alianças internacionais dos países em análise. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter exploratório e analítico, baseada no estudo de casos comparados. A recolha de dados assenta em pesquisa documental e bibliográfica, utilizando fontes primárias (documentos oficiais das juntas, da CEDEAO e da União Africana, relatórios de *think tanks*), fontes secundárias (obras académicas) e entrevistas com especialistas. A análise será realizada através da técnica de análise de conteúdo, cruzando os níveis nacional, regional e global. Os resultados esperados indicam que os golpes são um fenómeno multifatorial. A nível nacional, a confluência de pobreza, corrupção, má governação e incapacidade de conter a ameaça *jihadista* deslegitimou a democracia, fazendo os militares serem vistos como salvadores. Regionalmente, a atuação inconsistente da CEDEAO e um “efeito dominó” normalizaram as rupturas. Globalmente, a ordem multipolar, com atores como Rússia e China que não impõem condicionalidades democráticas, forneceu espaço de manobra às juntas. Conclui-se que estes golpes representam simultaneamente uma resposta a falências estatais (uma “salvação” percebida) e um claro retrocesso democrático, cujas consequências para a estabilidade e governação a longo prazo são potencialmente negativas.

Palavras-chave: Golpes de Estado; Salvação Nacional; Retrocesso Democrático.

QUEM VAI AO AR, PERDE O LUGAR! A DIMINUIÇÃO DO ESPAÇO DO BRASIL NA ÁFRICA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO E O CRESCENTE PROTAGONISMO CHINÊS E RUSSO NO CONTINENTE

Juliana Ribeiro Lobato

(PPGEEI/UFRGS)

E-mail: julianalobato90@gmail.com

Este trabalho busca discutir as consequências das oscilações da política externa brasileira para a África, ao longo da última década, para as relações do país com o continente. A partir do início do século XXI, o Brasil exerceu uma ativa política externa para a África, marcada por uma intensa agenda de diplomacia presidencial, bem como pelo fortalecimento dos laços políticos, diplomáticos, comerciais e de cooperação nas mais diversas áreas. O engajamento com o continente garantiu que o Brasil ocupasse, junto a outros emergentes, como a China e a Rússia, grande protagonismo nas relações com a África. A partir da segunda metade da década de 2010, todavia, o interesse e o engajamento com o continente se viram significativamente reduzidos, alcançando seu ponto mais baixo durante o governo de Jair Bolsonaro, no qual a África foi destituída de qualquer importância. Enquanto o Brasil se afastava, todavia, outros países mantiveram – e intensificaram – sua interação com o continente africano. Nesse contexto, o trabalho pretende discutir em que medida o espaço anteriormente ocupado pelo Brasil nas relações com a África foi em parte assumido por outros atores, especialmente a China e a Rússia, ao longo desse período de afastamento. Para tanto, adota uma perspectiva qualitativa, amparando-se em uma abordagem hermenêutica e na análise de fontes primárias e secundárias. Ademais de discutir a política externa brasileira para a África na última década, também analisa as relações sino-africanas e russo-africanas no mesmo período, visando, assim, identificar se o afastamento brasileiro contribuiu para um fortalecimento das relações desses países com o continente no mesmo intervalo.

Palavras-chave: África; China; Rússia; Governo Bolsonaro.

A ESTRATÉGIA DA DIPLOMACIA PÚBLICA PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES MEDIANTE A INTERNET

Bruna Dias Negrão

(Mestrado em Relações Internacionais-PPGRI/UNILA)

E-mail: bd.negrao.2019@aluno.unila.edu.br

Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita

(Docente Orientador PPGRI/UNILA)

E-mail: lucas.mesquita@unila.edu.br

A crescente utilização da tecnologia digital redefiniu o cenário da comunicação global, tornando imperativa a digitalização da diplomacia pública. Este artigo se propõe a analisar a estratégia brasileira de Diplomacia Digital, concentrando-se no uso de plataformas digitais pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Itamaraty, como forma de projeção da imagem positiva do país. O objetivo central é mapear a transição do modelo diplomático tradicional para o digital, examinando as abordagens adotadas pelo MRE para gerenciar a representação do Brasil no exterior. O referencial teórico se apoia em autores proeminentes no campo, como Ilan Manor e Corneliu Bjola, para conceituar a diplomacia digital e seus impactos estruturais, complementado por reflexões de Letícia Cesarino sobre o ambiente de informação e desinformação contemporâneo. Metodologicamente, o estudo emprega uma abordagem qualitativa, combinada com a análise de conteúdo e a observação sistemática das interações e narrativas veiculadas nos canais digitais do MRE. As plataformas de análise incluíram o Portal Consular e as contas oficiais da instituição em redes sociais de alto impacto visual e engajamento, como o Instagram e o YouTube. Os resultados da investigação revelam a dupla face inerente ao processo de digitalização. Por um lado, o Itamaraty utilizou as plataformas para ampliar significativamente seu alcance comunicacional, modernizar a prestação de serviços consulares e projetar uma imagem nacional mais direta e acessível. Por outro lado, a análise aponta para a existência de desafios persistentes que ameaçam a eficácia e a credibilidade da estratégia. Tais desafios incluem a vulnerabilidade à desinformação (propagação de *fake News*), a notória falta de continuidade e coerência estratégica nas ações de diplomacia digital entre diferentes gestões governamentais, e a necessidade urgente de capacitação e treinamento especializado para o corpo diplomático. Conclui-se que, embora a adoção da diplomacia digital seja fundamental para fortalecer a presença internacional do Brasil e modernizar a política externa brasileira, sua plena eficácia e sustentabilidade dependem intrinsecamente do desenvolvimento e da manutenção de um planejamento estratégico contínuo, robusto e apartidário, capaz de mitigar os riscos e garantir a longevidade dos avanços conquistados na esfera digital.

Palavras-chave: Diplomacia Digital; Ministério das Relações Exteriores; Redes Sociais; Política Externa Brasileira.

GT 5. Tecnologia, Ciberespaço e Hegemonia Informacional

24/11/2025 às 9h, sala virtual

DISPUTAS EM REGULAÇÕES ALÉM DA TERRA: USOS DE IA NO SETOR ESPACIAL

Juliana da Rocha Reis

(Mestranda em Relações Internacionais/IRI PUC-Rio)

E-mail: julianadarocha.reis@gmail.com

Satélites e toda a infraestrutura espacial, desde telecomunicações, até sensoriamento remoto e pesquisa, são centrais para diversas atividades humanas na Terra (INPE, 2024), e requerem alta coordenação pela pluralidade de agentes envolvidos. Segundo Moses (2013), a regulação geral de setores com “novas tecnologias” enfrenta desafios dada a universalidade das normas perante usos tão diferentes, o que, somado à constante inovação tecnológica, representa um obstáculo recorrente para um aparato regulatório mais robusto. Porém, o foco em regulações específicas para essas “novas tecnologias” complexifica o cenário em um sentido temporal de sempre ser necessário alcançar as inovações, que continuam se reinventando. Com a ascensão da Inteligência Artificial no setor espacial, a tentativa de conter as possíveis ameaças, das mais diversas naturezas, torna-se mais difícil (Soroka; Kurkova, 2019, p. 131), justamente pela amplitude de usos existentes: de gestão, geolocalização, tratamento de imagens, pré e pós-produção dos objetos espaciais, etc. Possibilidades e otimização misturam-se com perigos de IA relacionadas a satélites, que já possuem suas próprias vantagens/controvérsias, e conectam-se com os interesses privados, públicos, não-governamentais e ambientais (Hosli, 2024). A problemática encontra-se em quão na fronteira da inovação o setor espacial opera: com tecnologias emergentes que, muitas vezes, representam lacunas e disputas nas regulações, que se alternam entre especificidade e ambiguidade. Assim, o objetivo do trabalho é engajar em um maior entendimento das práticas e atores envolvidos na implementação de IA no setor espacial, principalmente em satélites. Busca-se localizar os pontos focais do uso destas tecnologias, tencionando-os com ameaças e críticas inerentes à ética e legalidade da nova utilização. Através das metodologias de Revisão Bibliográfica e Pesquisa Documental, procura-se analisar debates de diversas áreas dos conhecimentos que atuam no setor espacial, e as regulações atuais pertinentes à IA e satélites, o que situa este uso no Espaço Exterior como um tema de relevância interdisciplinar. Assim, com a identificação destes pontos focais, o trabalho procura contribuir com o entendimento do contexto destas “novas tecnologias” para regulações do setor espacial. Por fim, as conclusões parciais apontam para presença de preocupações técnicas quanto à otimização de funções de IA em satélites, principalmente em objetos comerciais e de defesa, e abordagens mais críticas ao considerar meio-ambiente, agentes não-convencionais e a ética envolvida na utilização da tecnologia, o que polariza o debate e dificulta a resolução de disputas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Satélites; Regulação; Direito Espacial.

***BIG DATA E HEGEMONIA INFORMACIONAL: QUEM DOMINA OS ALGORITMOS DOMINA O MUNDO?*⁸**

Eloisa Potrich
(Relações Internacionais/Pós-graduada)
E-mail: eloisapotrich.pesquisadora@gmail.com

Com o avanço na centralidade dos dados na economia e na política global, as bases do poder contemporâneo estão sendo remodeladas. Na globalização digital, o *Big Data* emerge como um recurso estratégico de valor equivalente ou até superior ao petróleo do século XX. A concentração de dados nas mãos de um número restrito de corporações e potências tecnológicas, como Estados Unidos e China, evidencia a formação de uma nova hegemonia informacional, na qual o domínio sobre os algoritmos passa a significar influência direta sobre a economia, a cultura e até a soberania dos Estados. Essa realidade transforma as decisões das relações internacionais, deslocando o eixo do poder do controle territorial para o controle da informação. A problemática que orienta este estudo parte da seguinte questão: como o domínio sobre os algoritmos e o *Big Data* contribui para a consolidação de novas formas de hegemonia global e de dependência digital entre os países? Busca-se compreender em que medida a concentração tecnológica reforça assimetrias históricas de poder e como a governança dos dados se torna uma ferramenta de influência geopolítica. O objetivo geral é analisar a relação entre *Big Data*, algoritmos e hegemonia global, investigando como o controle das infraestruturas digitais e dos fluxos informacionais impactam a soberania e a autonomia política dos Estados. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) discutir o conceito de hegemonia informacional sob a ótica da economia política internacional; (ii) examinar o papel das grandes potências tecnológicas na formação de novas dependências digitais; e (iii) refletir sobre alternativas de regulação global e soberania de dados. A metodologia proposta é qualitativa e exploratória, baseada em análise bibliográfica e documental. Serão examinados relatórios de organizações internacionais, documentos de políticas públicas sobre proteção de dados e autores que discutem tecnologia e poder global, como Shoshana Zuboff (2020), Manuel Castells (2006) e Byung-Chul Han (2012). A pesquisa adota também uma abordagem crítica da economia política, articulando teoria das relações internacionais e estudos sobre tecnologia e sociedade. Como resultados esperados, pretende-se demonstrar que o controle sobre os algoritmos constitui uma nova forma de poder hegemônico, sustentado não mais pela força militar ou econômica tradicional, mas pela capacidade de coleta, processamento e interpretação massiva de dados. Espera-se evidenciar que a hegemonia informacional amplia desigualdades entre o Norte e o Sul globais, gerando uma dependência tecnológica que ameaça a autonomia dos Estados periféricos. Por fim, almeja-se contribuir para o debate sobre governança global dos dados e propor reflexões sobre novas perspectivas para uma soberania digital democrática.

Palavras-chave: Globalização Digital; Soberania de Dados; Economia Política; Vigilância de dados e pessoas; Viés político.

⁸ Pesquisa em andamento.

REFLEXÕES SOBRE A SOBERANIA DIGITAL INDÍGENA

Suellen Tobler
(PPGCPRI/UFPB)

E-mail: tobler.suellen@gmail.com

O presente trabalho é um ensaio elaborado por meio de revisão exploratória de literatura para compreender o conceito de soberania digital indígena. A partir dos achados teóricos, são feitas algumas reflexões de acordo com experiências empíricas de trabalho de campo com tecnologias digitais voltadas para comunidades indígenas, que vem sendo realizado desde o ano de 2019. Também são elencadas algumas ocorrências recentes envolvendo a implicação de tecnologias digitais dentro de alguns territórios indígenas e no Estado brasileiro. O conceito de soberania westfaliana é mobilizado para o entendimento do que é compreendido como soberania dentro do âmbito das relações internacionais. Primeiro, aprofundamos sobre a soberania westfaliana, soberania de acordo com a Carta das Nações Unidas (1945) e soberania indígena de acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007). Na sequência, passamos pelo conceito de soberania digital, para só então chegarmos nas discussões sobre soberania digital indígena. Mobilizamos também os conceitos de colonialismo digital e neocolonialismo de dados, para explicar o atual cenário de capitalismo de dados imposto pelas *Big Techs*. Apresentamos os Índices de Soberania Digital organizados por Silveira e Xiong (2025) e propomos a ampliação desses índices a partir da perspectiva de soberania digital indígena. Por fim, percebemos que a soberania indígena depende da soberania digital indígena, portanto reconhecemos que se faz necessário a ampliação dos direitos indígenas. Uma saída seria o encaminhamento para um Brasil plurinacional, a exemplo da Bolívia, incluindo os Direitos da Natureza e as dimensões do Bem Viver na Constituição. Outra medida importante seria a demarcação total das Terras Indígenas.

Palavras-chave: Soberania Digital; Soberania Digital Indígena; Colonialismo Digital; Inteligência Artificial; Brasil.

GT 6. Multipolaridade e Mudança Política: Europa, Oriente Médio e América Latina em Perspectiva

24/11/2025 às 9h, sala virtual

O QUE EXPLICA O SUCESSO DO PARTIDO ALTERNATIVA PARA A ALEMANHA (AFD) NO LESTE ALEMÃO?: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Laís Helena Fernandes Tavares de Farias
(Ciência Política e Relações Internacionais/PPGCPRI-UFPB)
E-mail: laishfarias@gmail.com

Diante do problema de pesquisa: “quais são os fatores que explicam o sucesso do partido Alternativa para a Alemanha (AfD) no leste alemão?”, o presente trabalho objetiva sintetizar os modelos explicativos mais robustos na literatura acadêmica que analisam a AfD e sua significativa expressão eleitoral nos estados do leste da Alemanha (Weisskircher, 2020). O surgimento do partido em 2013 protagonizou o mais significativo fortalecimento da ultradireita na Alemanha no século XXI, desafiando o consenso político e o sistema partidário estabelecido (Klikauer, 2019). Nesse sentido, as eleições alemãs de 2025 para o Parlamento (Bundestag) foram emblemáticas para a história do país, tendo em vista o recorde de cidadãos que compareceram às urnas – mais de 82% de eleitores ativos – e o sucesso da AfD, com uma concentração chamativa de votantes no leste alemão, região que abrigou a antiga República Democrática Alemã (RDA), a parcela socialista controlada pela União Soviética na segunda metade do século XX (Deutsche Welle, 2025). Com quase 21% dos votos, os ultradireitistas da Alternativa para a Alemanha se tornaram a segunda maior força, atrás apenas dos conservadores da união dos partidos democrata cristão e social-cristão (CDU/CSU) (Deutsche Welle, 2025), apesar de não participarem do governo de coalizão devido à estratégia do Brandmauer (Kirby; Volk, 2025). A retórica da AfD é sustentada por vieses de ultradireita – nebulosa ideológica que abriga perspectivas radicais e extremas de direita (Mudde, 2019) –, através de comportamentos nativistas e populistas, centrados na narrativa de que o *establishment*, as elites liberais e as forças da União Europeia (UE) prejudicam o “povo” alemão (Bochum, 2020). Para proteger a integridade nacional, a ultradireita alemã posiciona os estrangeiros e refugiados como uma ameaça à segurança, economia e identidade cultural do país. O partido AfD defende a questão dos valores familiares tradicionais em contraste com a “ideologia de gênero”, promove xenofobia e racismo a partir de termos como “remigração” e rejeitam pautas progressistas como uma resposta à insatisfação com a democracia liberal e o seu “politicamente correto”, além do fator da ansiedade econômica (Norris; Inglehart, 2018; Mudde, 2019). Portanto, este artigo visa produzir uma revisão sistemática para avaliar o estado da arte do fenômeno eleitoral que consolidou a AfD como força política nacional e dos motivos que levaram à sua alta popularidade no leste alemão. A hipótese que orienta esta investigação é que o sucesso eleitoral do partido Alternativa para a Alemanha no leste do país é um fenômeno multifatorial, sendo explicado por variáveis socioeconômicas, históricas, de desconfiança institucional, e do impacto do discurso. A abordagem teórico-metodológica é qualitativa-sistemática, utilizando a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) para mapear o estado da arte na temática e esquadriñar explicações para o fenômeno. A pesquisa é de natureza bibliográfica e as ferramentas incluem a aplicação de uma *string* de busca específica nas bases de dados Web of Science (WoS Core Collection) e Scopus. Como resultados

esperados, a revisão ambiciona elencar razões pelas quais o voto na AfD é expressivo no leste alemão. A pesquisa se propõe a lançar *insights* cruciais para pesquisas em andamento sobre as fraturas da democracia alemã.

Palavras-chave: Alternativa para a Alemanha; Ultradireita; Comportamento Eleitoral.

PRAGMATISMO EM TEMPOS DE MULTIPOLARIDADE: A SÍRIA E O REALINHAMENTO DE POTÊNCIAS ISLÂMICAS

Luana Gomes Lasmar

(Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS)

E-mail: luanalasmar10@gmail.com

João Manoel Vieira de Araújo

(Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS)

E-mail: jmvaraujo2009@gmail.com

A Guerra Civil na Síria (2011–2024) tornou-se o epicentro das disputas geopolíticas do Oriente Médio, atraindo tanto potências externas - como Rússia, Estados Unidos e China — quanto atores regionais, entre eles Irã, Turquia e Arábia Saudita. Mais do que um conflito interno, a Síria converteu-se em arena de competição e, paradoxalmente, de cooperação, em que antigas rivalidades sectárias e estratégicas foram gradualmente relativizadas (Bhojwani, 2025). Este artigo busca responder, portanto, de que maneira a guerra síria atuou como um elemento catalisador para o realinhamento entre essas potências regionais, no contexto das transições sistêmicas (Visentini, 2025) e identitárias locais (Mehmet, 2021; Todd, 2024), a partir de dois marcos diplomáticos fundamentais: o Processo de Astana (2017), que institucionalizou a cooperação pragmática entre Rússia, Irã e Turquia para gerir o conflito sírio, e o Acordo de Reaproximação entre Arábia Saudita e Irã (2023), que simbolizou a reaproximação entre as maiores potências rivais do Golfo. Parte-se da hipótese de que os altos custos políticos, militares e econômicos de uma confrontação prolongada, combinados com a retração da influência dos EUA, a ascensão da Rússia e da China e a valorização de narrativas de autonomia e superação parcial do sectarismo no mundo islâmico, levaram esses Estados a adotar posturas mais pragmáticas (Aoki, 2023; Batyuk; Morozov, 2022). O objetivo geral é analisar o papel da guerra na Síria como catalisador de realinhamentos estratégicos entre 2017 e 2023, e os objetivos específicos são: a) examinar as dinâmicas e motivações do Processo de Astana como resposta direta à guerra na Síria e sua influência nas relações entre Irã e Turquia; b) investigar de que modo se deu o acordo saudita-iraniano de 2023, a fim de compreendê-lo como consequência indireta da guerra e reflexo das transformações sistêmicas e identitárias regionais; e c) avaliar como esses marcos ilustram mudanças identitárias e estratégicas no Oriente Médio, em interação com a transição para uma ordem multipolar. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, com análise documental e discursiva de textos oficiais, comunicados de cúpulas, cobertura midiática e literatura acadêmica. Espera-se demonstrar que a guerra síria, ao evidenciar os limites da confrontação prolongada, impulsionou arranjos pragmáticos que reconfiguraram a política regional, em que o Processo de Astana evidencia a cooperação competitiva entre Irã e Turquia e a reconciliação saudita-iraniana simboliza um movimento mais amplo de superação parcial das rivalidades sectárias, contribuindo para a autonomia estratégica das potências islâmicas em ambiente multipolar.

Palavras-chave: Multipolaridade; Guerra Civil Síria; Realinhamentos Regionais; Potências Islâmicas; Pragmatismo.

O ATIVISMO ZAPATISTA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: DESCONFIANÇAS E DIÁLOGOS

Julia Sant’Ana de Oliveira

(Bacharel em Relações Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia)⁹

E-mail: juliasantoliveira12@gmail.com

Celebrando 31 anos do primeiro levante contra-hegemônico da era neoliberal, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) persiste em 2025, ainda com impacto político e força no ativismo indígena e anticapitalista latinoamericano e global. O zapatismo, que se lançou oficialmente em 1994 no México com discursos inovadores e pós-modernos, pautou desde seu início demandas políticas, étnico-raciais e econômicas direcionadas aos governos locais e federal, bem como para o cenário internacional. Esses canais de diálogo seguem sendo utilizados pelos zapatistas depois de sua insurgência, declarando sua máxima por *un mundo donde quepan muchos mundos* (um mundo onde caibam muitos mundos). Nesse sentido, este artigo objetiva compreender a evolução das demandas zapatistas durante os 31 anos transcorridos de seu levante, entendendo permanências, adições, exclusões e modificações, com principal foco em seu relacionamento com a administração federal. Para tanto, foi realizada uma análise documental das publicações do EZLN – atualmente digitalizadas e disponibilizadas no website oficial “Enlace Zapatista”. As seções são divididas a partir dos períodos presidenciais de cada partido, partindo da compreensão de similaridades entre os mandatos, sendo quatro ao todo. O período inicial do movimento zapatista, com os governos de Carlos Salinas e Enrique Zedillo do Partido Revolucionário Institucional (PRI) (1993-2000), apresenta um foco nos aspectos políticos e étnico-raciais frente às respostas violentas e arbitrárias das administrações nacional e locais, não somente contra os insurgentes, como povos indígenas em geral. Um dos aspectos de maior interesse reside no impacto gerado pelo fiasco da reforma constitucional em matéria indígena de 2001, promovida pelo então presidente Vicente Fox do Partido de Ação Nacional (PAN). A quebra entre os acordos firmados entre o Estado e o EZLN gerou extrema desconfiança entre os zapatistas, que se fecharam e reduziram drasticamente qualquer tentativa de diálogo ou apresentação de demandas. Essa postura introspectiva, focada no crescimento comunitário, somente passa a mudar com a chegada do Partido MORENA, em 2018, sob a figura do populista Andrés Manuel López Obrador. Ainda que com duras críticas ao morenismo (que seguem na administração de sua sucessora Claudia Sheinbaum), é notável a disposição de pautar suas demandas e retomar espaço no diálogo público – algo que ainda não está sendo recíproco. Além do aspecto da desconfiança, é notório que as demandas zapatistas majoritariamente seguem sem resposta, inclusive com a adição de diversos tópicos relativos ao direito à terra, direitos políticos, sociais e econômicos. Os resultados deste artigo revelam, especialmente, a continuidade da marginalização dos povos indígenas mexicanos, bem como possibilidades de pesquisa acerca da reascensão zapatista e seus reflexos na política e ativismo indígenas e anticapitalistas globais.

Palavras-chave: México; Zapatismo; Ativismo; Povos Indígenas; Direitos Humanos.

⁹ Pesquisadora voluntária do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Direitos Humanos - UFU, sob orientação da Prof. Dra. Marrielle Maia.

A ORDEM INTERNACIONAL NO ENTREGUERRAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE SUAS CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SECURITÁRIAS¹⁰

Letícia Martins Lima

(Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais/Universidade Federal de Goiás)

E-mail: leticia_martins@discente.ufg.br

O período entreguerras foi uma época de grandes tensões de ordem econômica, política e securitária no Sistema Internacional, especialmente no continente europeu. Dividido entre duas “sub-épocas” principais, o entreguerras conta com um período de maior otimismo para as relações internacionais pacíficas entre 1919 e 1929, e outro recorte temporal caracterizado pela rápida ruína da Paz de Versalhes entre 1929 e 1939. Este artigo tem como objetivo geral uma análise descritiva da ordem internacional deste segundo período específico do entreguerras, da crise que marca os anos entre 1929 e 1939, contando como marcos temporais principais a eclosão da Grande Depressão econômica em outubro de 1929, até a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939. Os objetivos específicos deste trabalho são investigar os acontecimentos de ordem econômica, securitária e política no âmbito do Sistema Internacional da época. Esta pesquisa dedica uma seção, sucessivamente, para a análise das condições políticas, econômicas e securitárias que permeavam o Sistema Internacional do período. Visa, também, fornecer uma descrição embasada e útil para futuros trabalhos que abordem temas relacionados à ordem internacional dentre estes anos. Esta análise historiográfica utiliza fontes secundárias bibliográficas para atingir os objetivos delineados. Conclui-se, sob o guarda-chuva teórico do Liberalismo e do Neomarxismo, que o período analisado foi marcado pela falha da paz de Versalhes, degradação das condições econômicas e ascensão do autoritarismo ao redor do mundo de forma geral, embora a maioria dos dados colhidos tenham maiores detalhes sobre a situação europeia do que de outros continentes ao redor do globo.

Palavras-chave: Ordem internacional; Entreguerras; Política; Economia; Segurança internacional.

¹⁰ Pesquisa financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

GT 7. Governança Global e Agendas Climáticas e Energéticas: Da Consolidação Histórica às Políticas Nacionais

25/11/2025 às 9h, sala virtual

DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO AO ACORDO DE PARIS: A CONSOLIDAÇÃO DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL E A EMERGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PARADIGMA INTERNACIONAL¹¹

Vitor Augusto Araújo Rissatti

(Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais/Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA)

E-mail: vitor.rissatti@gmail.com

A partir da década de 1970, as Nações Unidas passaram a incorporar, de modo sistemático, as preocupações ambientais à agenda internacional de segurança e desenvolvimento. A Conferência de Estocolmo de 1972, marco inaugural da diplomacia ambiental multilateral, inaugurou o debate global sobre a degradação ambiental e estabeleceu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A conferência sinalizou a necessidade de ações coordenadas entre os Estados diante dos impactos da industrialização sobre os ecossistemas e a vida humana, explicitando, desde então, a problemática da tensão entre o modelo de crescimento econômico baseado na exploração intensiva de recursos naturais e a urgência de um modelo de desenvolvimento ecologicamente equilibrado. O Relatório Brundtland (1987), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, exacerba o debate em torno desta tensão, ao definir o conceito de desenvolvimento sustentável e propor uma nova racionalidade, voltada à compatibilização entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. O presente trabalho, portanto, tem como objetivo analisar a evolução institucional e normativa da governança climática global entre 1972 e 2015, enfatizando o papel das conferências ambientais da ONU e seus desdobramentos jurídicos e políticos — de Estocolmo à Rio 92, do Protocolo de Quioto ao Acordo de Paris. Busca-se compreender como o conceito de desenvolvimento sustentável foi sendo incorporado aos instrumentos internacionais, transformando-se em paradigma normativo das relações internacionais contemporâneas. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental de relatórios oficiais, resoluções da Assembleia Geral da ONU, convenções internacionais e literatura especializada sobre governança ambiental. O estudo segue um recorte temporal linear e interpretativo, centrado nas primeiras conferências em torno do tema, evoluindo para as Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e nas transformações político-discursivas que culminaram no Acordo de Paris, em 2015. Como resultados parciais, identifica-se a consolidação de um regime internacional de meio ambiente estruturado em torno de princípios normativos como o das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, o do “poluidor-pagador” e o do “dever de precaução”, bem como que a governança climática global evoluiu de um enfoque setorial e científico para um sistema de governança multinível, incorporando dimensões políticas, econômicas e éticas. O Acordo de

¹¹ O presente resumo é oriundo do primeiro capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A aplicação de energias renováveis e a securitização do Clima nas missões de paz das nações unidas no continente africano: UNMISS, MONUSCO e MINUSCA” (Rissatti, 2024).

Paris representa, nesse sentido, a culminância de um processo histórico de normatização da ação climática e de reconhecimento do desenvolvimento sustentável como princípio ordenador da política internacional contemporânea.

Palavras-chave: Governança Climática; Desenvolvimento Sustentável; Acordo de Paris.

A AGENDA ENERGÉTICA DE GEORGE W. BUSH: CONVERGÊNCIAS ENTRE A *NATIONAL ENERGY POLICY* E A POLÍTICA EXTERNA ENERGÉTICA

Sthefany Cristiny Josviak

(Pós-Graduação em Economia Política Internacional/UFRJ)

E-mail: sthefanyjosviak@gmail.com.br

Com a chegada de George W. Bush à Casa Branca em 2001, a questão energética passa a ter papel central na estratégia e políticas governamentais, tanto em política externa quanto em política energética, com o lançamento da *National Energy Policy* (NEP) em 17 de maio de 2001. O motivo era o aumento da dependência de importações de petróleo (com a taxa de importações de petróleo atingindo o marco de 50% em 1998), particularmente do Golfo Pérsico, somado a outras crises do setor energético doméstico, como a Crise da Califórnia de 2000-2001 e os picos históricos do preço do gás (MORSE E JAFFE, 2001). Com os atentados de 11 de setembro de 2001, é anunciado o *National Security Strategy* (NSS) em setembro de 2002 (a Doutrina Bush), seguido da Guerra ao Iraque em 2003 (PECEQUILO, 2011). Assim, o período é marcado pela centralidade da questão energética, especificamente do setor de combustíveis fósseis, tendo como principal pilar o petróleo, e a questão do terrorismo. No entanto, a bibliografia a respeito do período trata majoritariamente da atuação dos Estados Unidos no Iraque na busca por garantir acesso ao petróleo local, não lidando com a aparente contradição da política energética e política externa energética dos Estados Unidos. Quando as duas políticas, doméstica e internacional, são abordadas (KLARE, 2004), argumenta-se pelo caráter apenas retórico da política energética doméstica e real interesse em seguir uma política externa de intervenção e controle das fontes de recurso no exterior. Portanto, como objetivo geral, o presente trabalho pretende analisar qual a correlação entre a política energética e a política externa energética dos Estados Unidos durante a administração de George W. Bush. Como objetivos específicos pretende: i. Analisar a política energética através do NEP (2001), do EAct (2005) e sua implementação; ii. analisar a política externa do período em relação à questão energética; e iii. correlacionar ambas as políticas e identificar a estratégia energética geral. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica dentro dos debates da economia política internacional da energia e geopolítica do petróleo, na literatura referente ao período de 2001 a 2008, além da análise documental do *National Energy Policy* (NEP) de 2001 e do *National Security Strategy* (NSS) de 2002. Argumenta-se que o cálculo da administração Bush era de que a questão energética dos anos 2000, em relação à segurança energética estadunidense, era um problema de oferta e não de demanda (SCHUTZ, 2004), buscando o aumento da produção local e global e diminuição da dependência de uma única região, o Golfo Pérsico (NEP, 2001). Os objetivos estipulados no NEP (2001) não eram apenas retóricos, com a administração Bush implementando as estratégias estipuladas, o que, por sua vez, levou à mudança da matriz energética, com maior diversificação de fontes e parceiros (IEA, 2002; IEA, 2008; IEA, 2021). Nesse contexto, a presença na Eurásia buscava o aumento da produção de petróleo e a retirada do controle da produção de regimes hostis, seguindo também o objetivo de aumento da produção global para lidar com a oferta.

Palavras-chave: Estados Unidos; Política Energética; Política Externa Energética.

A POLÍTICA EXTERNA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DURANTE O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO LULA III: UMA ANÁLISE DISCURSIVA À LUZ DE ERNESTO LACLAU¹²

Caio Menezes dos Santos
(Mestrando em Ciência Política/UFPel)

E-mail: caio.ciba@gmail.com

Paula Geordana Hahn
(Graduanda em Relações Internacionais/UFPel)

E-mail: hahn.paulag@gmail.com

A presente pesquisa busca compreender como a transição energética, apresentada em discurso pelo terceiro governo Lula durante a primeira metade da gestão, é estruturada à luz da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau (2015). Após a eleição que consagrou Lula ao mais alto cargo do Executivo nacional, o tema da transição energética ganhou destaque em sua primeira participação em um fórum multilateral: a COP 27, realizada em Sharm El-Sheikh (Egito) (Silva, 2022). Esse compromisso foi reforçado na COP 28, quando o presidente afirmou que o Brasil lideraria a transição energética mundialmente (Silva, 2023). Entretanto, é possível identificar contradições entre os pronunciamentos e as ações do terceiro governo Lula ao longo do primeiro ano de mandato. Dentre as medidas que apontam incoerência destacam-se a adesão à extensão da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e a realização do maior leilão de exploração de petróleo do país. Além dessas decisões, outro desafio para a transição energética é a necessidade de vultosos investimentos para sua consolidação, considerando que a cadeia produtiva de energia é extensa, abrangendo desde a matriz energética e as redes de distribuição até os produtos dependentes de energia. Diante desses elementos aparentemente díspares em relação à produção de energia de baixo carbono, esta pesquisa, vinculada a uma futura dissertação, parte do seguinte questionamento: como a transição energética é significada no discurso da primeira metade do governo Lula? Parte-se da hipótese de que a transição energética é apresentada no discurso de Luiz Inácio Lula da Silva como instrumento de projeção da potencialidade do Brasil para a promoção dessa agenda, com o objetivo de atrair investimentos externos diretos e garantir bons índices econômicos, relegando a um segundo plano a preservação ambiental. Assim, os pronunciamentos compõem uma estratégia discursiva de atração de capitais, ao mesmo tempo em que revelam que parte dos compromissos assumidos quanto à destinação de recursos financeiros não vem sendo integralmente cumprida. Para a pesquisa, adota-se uma metodologia qualitativa. Foram coletados pronunciamentos realizados por Lula durante o primeiro ano de mandato, disponibilizados no site do Palácio do Planalto. A análise será conduzida por meio do *software* Nvivo, com o propósito de identificar os elementos relacionados à agenda de transição energética, organizar os dados e sistematizar os resultados. Em seguida, inicia-se o processo de classificação dos elementos discursivos presentes nos pronunciamentos, categorizando-os conforme o entendimento sobre a temática. O resultado dessa etapa denomina-se codificação, que, a partir da análise documental, origina eixos e temáticas recorrentes. Algumas codificações mostram-se mais frequentes e outras mais pontuais, variando de acordo com a conjuntura em que o pronunciamento foi proferido. Essa etapa de estruturação das codificações pode ser correlacionada, na teoria, aos elementos que, em suas relações, permitem verificar as cadeias de equivalência e, assim, identificar o discurso

¹² A pesquisa faz parte do processo de desenvolvimento de um trabalho de dissertação a ser desenvolvido pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel.

em torno do significante “transição energética”, com o intuito de compreender a construção discursiva desse conceito no governo Lula III.

Palavras-chave: Teoria do Discurso; Ernesto Laclau; Transição Energética; Lula III; Política Externa.

A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA GOVERNANÇA GLOBAL: O CASO DO CONSELHO DO ÁRTICO

Nicole Paroul Cansian
(Mestranda em Relações Internacionais/UnB)

E-mail: ncansian@gmail.com

Isabelle Godoy Teles dos Santos
(Bacharel em Relações Internacionais/Univali)

E-mail: isabellegodoy21@gmail.com

A crescente presença de povos indígenas em espaços de governança global mostra uma transformação do entendimento tradicional da diplomacia, muito restrita à atuação dos Estados. Nas últimas décadas, fóruns internacionais passaram a reconhecer esses povos como atores políticos e diplomáticos com legitimidade própria, possuindo a capacidade de contribuir com suas perspectivas culturais e tradicionais. Alguns movimentos marcantes são a Convenção 169 da OIT de 1989 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007 que reconhecem o direito à autodeterminação desses povos e sua participação na tomada de decisões (Vieira; Viaene, 2024). O Conselho do Ártico, fundado em 1996, se destaca como um exemplo positivo na participação de povos indígenas em sua estrutura institucional. A partir da Declaração de Ottawa, de 1996, é determinado os oito membros do conselho e seis organizações indígenas com *status* de “Participantes Permanentes” (Arctic Council, 1996). As organizações indígenas representadas são: *Russian Association of Indigenous Peoples of the North (RAIPON)*, *Saami Council*, *Inuit Circumpolar Council (ICC)*, *Aleut International Association (AIA)*, *Arctic Athabaskan Council (AAC)* e *Gwich'in Council International (GCI)* (Arctic Council, 1996). Esse *status* é significativo e singular no sistema internacional, já que garante às organizações indígenas assento fixo, acesso direto às deliberações e direito de voz, ainda que sem poder de voto (Ahlness Abdulmuminov, 2021). Para apoiar os Participantes Permanentes, o Conselho do Ártico conta com o *Indigenous Peoples' Secretariat (IPS)*, que possui seu próprio conselho, orçamento e plano de trabalho. Sua principal função é facilitar a comunicação e a coordenação entre as organizações indígenas participantes, bem como entre estas e o Conselho. O modelo do Conselho do Ártico difere de outras iniciativas de inclusão de povos indígenas, pois a sua participação é estrutural e contínua, não apenas consultiva. Diante disso, a pergunta que guia essa pesquisa é: como se estruturou a participação dos povos indígenas no Conselho do Ártico? O objetivo geral é apresentar o processo de institucionalização da participação indígena no Conselho do Ártico. Para alcançá-lo, os objetivos específicos propõem: i) contextualizar a criação do Conselho do Ártico; ii) descrever o desenho de institucionalização do Conselho do Ártico; iii) discutir a participação dos povos indígenas no Conselho do Ártico. A metodologia empregada é de estudo de caso exploratório e o método de coleta de dados é a revisão bibliográfica e documental (Baxter; Jack, 2008). Os resultados preliminares indicam que as organizações indígenas estiveram ativamente envolvidas desde a criação do Conselho do Ártico, conquistando um *status* institucional inédito como Participantes Permanentes, que lhes garante presença contínua. Esse modelo representa um avanço em comparação a outros fóruns internacionais, consolidando o Conselho do Ártico como pioneiro nesse sentido. Embora existam limitações em relação à extensão dessa participação, o processo evidencia uma ampliação do reconhecimento e direito político dos povos indígenas nas relações internacionais.

Palavras-chave: Conselho do Ártico; Povos Indígenas; Governança Global.

GT 8. Política Externa Brasileira e os desafios da ordem internacional

24/11/2025 às 9h na sala F208 do Bloco F CSE

DIPLOMACIA DO SEGREDO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NA CLASSIFICAÇÃO DE SIGILOS EM DOCUMENTOS PÚBLICOS¹³

José Antonio Fogolari

(PPGRI / UFSC)

E-mail: josefogolari@gmail.com

O presente trabalho investiga a atuação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil na classificação de sigilo de seus documentos, explorando o equilíbrio entre a necessidade de proteger informações sensíveis e os princípios de transparência e *accountability* na administração pública. A análise parte do entendimento da diplomacia como um espaço historicamente permeado por segredos, no qual a preservação de informações estratégicas é central para a condução de relações internacionais e para a salvaguarda de interesses nacionais. Ao mesmo tempo, o estudo reconhece que a política externa é uma dimensão da política pública, sujeita a mecanismos democráticos de controle social, à luz da legislação brasileira, incluindo a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011). A metodologia utilizada para realização deste trabalho incorpora uma análise quantitativa dos termos de classificação de informações emitidos pelo MRE entre 2012 e 2024, nos níveis reservados, secretos e ultrassecretos. Os dados, extraídos de portais oficiais da instituição, foram observados com o intuito de identificar padrões de comportamento da instituição e possibilitar uma análise das categorizações de sigilo ao longo do tempo. Esta abordagem permite compreender não apenas a frequência e a distribuição das classificações, mas também tendências e consistência nos critérios adotados pelo Itamaraty. Ao integrar discussões teóricas sobre sigilo diplomático e política pública com evidências quantitativas sobre a classificação de documentos, a pesquisa contribui para o debate sobre o limite entre a confidencialidade legítima e o excesso de sigilo, destacando implicações para a *accountability* e para a participação cidadã na política externa. Os resultados indicam que, embora a preservação de informações sensíveis seja necessária para a atuação internacional do país, há oportunidades de aprimorar critérios de transparência sem comprometer interesses estratégicos, reforçando a importância de práticas mais claras e uniformes de classificação de documentos.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Acesso à Informação; Transparência; Sigilo.

¹³ O presente artigo integra parcialmente a pesquisa de doutorado em andamento do autor, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio financeiro da CAPES.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PÓS-1985: DESAFIOS DE AUTONOMIA DIANTE DA COMPETIÇÃO CHINA-EUA ¹⁴

Lucas Mota Ferreira

(Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI- UFSC)/ Universidade
Federal de Santa Catarina)

E-mail: lucasmf Ferreira@gmail.com

A pesquisa em questão se dedica a estruturar o reposicionamento internacional do Brasil em termos de política externa brasileira (PEB) no período de redemocratização e as escolhas estratégicas frente à competição entre grandes potências. Por meio desse recorte temporal, é possível delinear a oscilação histórica do Brasil em termos de alinhamento e de contestação à hegemonia norte-americana, o que configura uma política externa desenhada em termos de ambiguidade. Nesses termos, a política externa pendular (Guimarães; Kalout, 2022) redefine-se a partir de um contexto de rivalidade sino-americana contemporânea e, a partir dessa lógica, a compreensão da pendularidade exige um amplo retorno histórico baseado nos mecanismos de influência e intervenção norte-americana sobre o Brasil, que resultaram em dependências estruturais que moldaram os limites de autonomia estratégica brasileira. A partir dessa premissa, os Estados Unidos desempenharam um papel central no golpe militar de 1964 no Brasil, enquanto conciliavam seus interesses anticomunistas com a retórica democrática. Com base na herança projetada sobre as relações contemporâneas com a China, conforme analisam Vadell e Spellmann (2023) e Reis (2025), essa dinâmica se transforma em uma tentativa de compreensão ou diversificação frente à tutela histórica, mas sem romper de forma integral com as estruturas de dependência norte-americanas. Fundamentado nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa é analisar como o Brasil, desde a redemocratização (pós-1985), tem buscado autonomia e reposicionamento estratégico em sua política externa, diante de uma competição sino-americana em vigor, identificando padrões utilizados para equilibrar interesses e limitações externas. Nos limites entre os paradigmas desenvolvidos por Cervo (2008) e Milani (2012), é possível destacar o fator condicionante da lógica de inserção periférica, que encontra alternativas a partir de uma cooperação Sul-Sul como via de emancipação (Lima, 2005), face às relações com a China que permitem ao Brasil, ao fim e ao cabo, reduzir a dependência de potências tradicionais. Nesse prisma, o trabalho será desenvolvido em termos de: (I) mapear o desenvolvimento histórico da PEB, destacando rupturas e continuidades em relação à autonomia estratégica, além de (II) identificar como a rivalidade China-EUA influencia decisões brasileiras em termos de política externa. O material norteador da pesquisa são fontes primárias e secundárias para mapear o desenvolvimento histórico da PEB, destacando rupturas e continuidades em relação à autonomia estratégica, além de identificar como a rivalidade China-EUA influencia decisões brasileiras neste século. Para esse propósito, a pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa, com uma etapa baseada em análise documental e de conteúdo. A partir disso, espera-se identificar de que forma o Brasil mantém margem de manobra estratégica ao longo do período de redemocratização, além de mapear os dilemas e limitações inseridos nessa estratégia, a fim de compreender o reposicionamento internacional brasileiro.

Palavras-chave: Política Externa; Brasil; EUA-China.

¹⁴ Pesquisa vinculada a avaliação final da disciplina concentrada de “Política Externa Brasileira” lecionada pelo Dr. André Luis Reis da Silva vinculado como professor visitante do PPGRI/UFSC. Bolsa de fomento, CAPES.

O RECONHECIMENTO DA PALESTINA COMO ESTADO: SIGNIFICADO E IMPLICAÇÕES PARA A ORDEM INTERNACIONAL

Leonardo Carvalho Braga

(Doutorado em Relações Internacionais/PPGRI-UERJ;

Professor do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário IBMR;

Professor do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Mackenzie Rio)

E-mail: prof.leobraga@gmail.com

Introduz-se esse resumo com o recente reconhecimento (no último mês de setembro) da Palestina como Estado por Reino Unido, Canadá e Austrália, somando-se a mais de 140 países que já haviam tomado essa decisão, desde 1988, e que reacende o debate sobre os significados e implicações dessa medida para a ordem internacional. No caso britânico, a decisão foi motivada principalmente pela falta de avanços nas negociações de paz e pelas graves violações de direitos humanos cometidas durante a ofensiva israelense na Faixa de Gaza. Embora o governo do Reino Unido tenha ressaltado que sua decisão não legitima o Hamas, considerado um grupo terrorista, o reconhecimento da Palestina adquire contornos que vão além das causas imediatas, alcançando dimensões históricas, políticas e normativas. As implicações desse ato são complexas e devem ser problematizadas. Reconhecer a Palestina neste momento pode ter efeitos ambíguos: por um lado, fortalece a defesa dos direitos humanos e a busca pela paz; por outro, corre o risco de legitimar práticas ilegais e violentas, tanto do Hamas quanto das respostas desproporcionais de Israel. O objetivo da análise que aqui se propõe é, de modo geral, investigar as implicações do reconhecimento da Palestina como Estado Nacional. Do ponto de vista metodológico, tal análise, que se insere no debate sobre a Teoria da Guerra Justa, distinguindo entre causas justas (*jus ad bellum*) e meios justos (*jus in bello*), tem por base pesquisa qualitativa a partir de conceitos de vulto no estudo das relações internacionais, em especial, aqueles de *ordem* e de *justiça*, seguindo a tradição grociana da Escola Inglesa. Se a comunidade internacional legitima práticas injustas em nome de causas justas, pode comprometer a própria normatividade do sistema internacional. O dilema central é que, ao mesmo tempo em que o reconhecimento da Palestina parece moralmente necessário e politicamente coerente com a defesa dos direitos humanos, ele gera contradições: reconhece-se um Estado sem dissociá-lo completamente de um grupo considerado terrorista, e se reivindica o direito de defesa de Israel sem conseguir controlar seus excessos militares. No fundo, o debate ultrapassa a questão Palestina-Israel e atinge os fundamentos da ordem internacional: como conciliar justiça, legitimidade e valores humanos sem incentivar práticas violentas e ilegítimas? Assim, o reconhecimento da Palestina por novos países representa tanto um gesto de reparação histórica e solidariedade com os palestinos quanto uma pressão política sobre Israel e os EUA. As considerações a que se pretende chegar entendem que se realizado em um momento de intensos conflitos e violações, tal reconhecimento corre o risco de produzir efeitos indesejados, como a legitimação de excessos e a fragilização das normas internacionais. O desafio consiste em articular justiça e paz sem enfraquecer os princípios que sustentam a ordem internacional.

Palavras-chave: Palestina; Reconhecimento de Estados Nacionais; Ordem Internacional.

GT 9. Geopolítica, Segurança e Conflitos Internacionais
24/11/2025 às 11h na sala F208 do Bloco F CSE

**A REFORMA POLICIAL NO IRAQUE: TENSÕES ÉTNICAS NO CONTEXTO
PÓS-INVASÃO**

Laísa Ribeiro Cardoso
(Pós-Graduação em Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: ribeiroc.laisa@gmail.com

Liza Maria de Oliveira Parente
(Pós-Graduação em Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: lizaoparente@gmail.com

A invasão do Iraque, ocorrida em março de 2003, e a consequente deposição do regime autoritário de Saddam Hussein desencadeou um processo de reconstrução do Estado iraquiano, e dentro desse processo a reforma das forças policiais deste. Conduzida por uma coalizão liderada pelos Estados Unidos, a justificativa oficial norte-americana para a invasão se baseou na alegação de que o regime de Saddam representava uma ameaça internacional, acusando-o de desenvolver armas de destruição em massa com potencial de uso por grupos terroristas. No entanto, tanto tal argumento quanto a posterior reforma foram amplamente contestados pela imprensa e estudados pela academia, em especial no que toca a adequação das novas forças policiais iraquianas aos princípios do policiamento democrático desenvolvidos por Bayley (2006). Nesse sentido, para além do campo já amplamente explorado pela academia, este artigo propõe-se a acrescentar ao debate uma análise sobre as tensões étnicas que emergiram ou se intensificaram na sociedade iraquiana no período pós-conflito. Assim, o problema que orienta este estudo é compreender de que forma a reconstrução das forças policiais iraquianas influenciou e foi influenciada pelas tensões étnicas surgidas ou agravadas nesse contexto. O artigo se organiza em seis partes: a primeira busca trazer uma revisão bibliográfica acerca da reforma policial e sua entrada na agenda internacional; a segunda aborda as forças policiais no contexto prévio a invasão norte-americana; a terceira traz uma contextualização e justificativa da invasão; a quarta tem como foco a reforma policial ocorrida no Iraque; a quinta analisa a violência e tensões étnicas do período; e por fim a sexta apresenta a conclusão do debate feito ao longo do artigo.

Palavras-chave: Estados Unidos; Iraque; Reforma Policial; Tensões Étnicas.

CIBERESPAÇO E PODER NAS RELAÇÕES SINO-TAIWANESAS: O PAPEL DAS OPERAÇÕES CIBERNÉTICAS NAS TENSÕES (2016-2023)

Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro
(PPGRI/UFSC)

E-mail: rodrigobarcellos98@gmail.com

A dimensão cibernética tem se tornado cada vez mais importante na análise dos conflitos contemporâneos. Em um cenário onde processos e sistemas vitais para a manutenção do funcionamento das sociedades dependem de tecnologias de informação e comunicação, os impactos potenciais de um ataque cibernético contra estas infraestruturas tornam-se uma questão central para a segurança do Estado. Assim, nota-se nos últimos anos o crescente uso militar do ciberespaço e o entendimento deste ambiente como um novo domínio estratégico a partir do qual torna-se possível conduzir operações militares. Considerando estes fatores e relacionando-os com o acirramento das relações entre China e Taiwan a partir de 2016, esta pesquisa questiona: qual o impacto do uso do ciberespaço como ferramenta de projeção de poder dentro do contexto das tensões entre China e Taiwan entre 2016 e 2023? O objetivo estabelecido é, portanto, entender a característica dessa instrumentalização e a influência deste processo na escalada das tensões no estreito. A hipótese levantada é que, dentro do contexto do acirramento das tensões entre China e Taiwan a partir de 2016, ambos atores tem utilizando-se de operações cibernéticas com o objetivo de alcançar vantagens estratégicas sobre seu oponente ou desestabilizá-lo, o que tem contribuído para a derrocada das relações Pequim-Taipei. Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa conduziu um estudo de caso do uso de operações cibernéticas no contexto do conflito a partir de 2016 — ano da chegada de Tsai Ing-wen à presidência da ilha —, tendo como plano de fundo uma revisão bibliográfica de caráter majoritariamente qualitativo, utilizando-se principalmente de relatórios, documentos oficiais e bibliografias secundárias. Dados quantitativos foram utilizados de maneira a contextualizar elementos ou corroborar determinados argumentos. A justificativa do artigo pauta-se principalmente no grande potencial de escalamento do conflito entre os dois atores. A China atesta, em seus principais documentos de defesa de alto nível, que reintegrará Taiwan ao seu território a partir do uso da força, se necessário, até 2049. Sendo assim, considera-se importante analisar as maneiras com que o domínio cibernético tem sido empregado nos estágios atuais do conflito e seu potencial impacto em uma eventual escalada das tensões na região. Concluiu-se que, apesar da retórica mais assertiva de ambas as partes quanto as disputas diplomáticas relacionadas ao *status* de Taiwan frente ao sistema internacional, não houve uma instrumentalização intensa do poder cibernético nesse contexto, com a China exercendo uma pressão unilateral ao conduzir operações cibernéticas contra Taiwan, que se concentraram muito na extração de dados sensíveis.

Palavras-chave: Poder Cibernético; China; Taiwan.

GT 10. Hegemonia e Neoliberalismo: Intervenção, Política e Cultura
25/11/2025 às 9h no Mini Auditório CNM

INDICADORES GLOBAIS, HEGEMONIA E NEOLIBERALISMO: A INFLUÊNCIA DA MILLENNIUM CHALLENGE CORPORATION SOBRE AS REFORMAS EM EL SALVADOR¹⁵

Giovanna de Lima Pereira
(PPGRI/UFSC)

E-mail: giovannadlpereira@gmail.com

Esta pesquisa visa investigar como os indicadores globais de desempenho adotados pela *Millennium Challenge Corporation* (MCC) difundem o neoliberalismo como paradigma de “desenvolvimento” e “boa governança”, legitimando a interferência dos Estados Unidos na América Latina por meio da indução de reformas regulatórias. O presente artigo argumenta que ao apresentar-se como neutros e científicos, esses indicadores funcionam para criar consenso em torno da promoção de políticas capitalistas que beneficiam materialmente uma classe dominante e perpetuam a hegemonia estadunidense na região. O estudo investiga a dimensão política dos indicadores globais e seu uso estratégico na política externa dos Estados Unidos, com foco no caso de El Salvador. A MCC, agência governamental estadunidense, institucionalizou a utilização de métricas de desempenho, como “democracia” e “liberdade econômica”, para condicionar a alocação de ajuda externa. Esse condicionamento transforma indicadores em instrumentos políticos que vinculam a elegibilidade de países em desenvolvimento à adoção de reformas de orientação neoliberal. A pesquisa busca compreender, em particular, se e quais reformas foram implementadas por El Salvador para atender aos critérios de elegibilidade da MCC no período de 2015 a 2020, bem como as propostas de projeto desenvolvidos a partir da concessão da ajuda. Para isso, a análise concentra na relação entre a adoção dessas reformas e a lógica mais ampla de reprodução da hegemonia estadunidense. O referencial teórico é ancorado nas contribuições de Antonio Gramsci, sobretudo nos conceitos de hegemonia e intelectuais orgânicos. A abordagem neogramsciana das Relações Internacionais fornece o marco crítico necessário para compreender os indicadores não apenas como ferramentas técnicas, mas como dispositivos ideológicos que estruturam relações de poder. Desse modo, quatro objetivos de pesquisa orientam a pesquisa: 1) Abordar a teoria crítica neogramsciana das Relações Internacionais; 2) Realizar um recorrido histórico da criação e atuação da *Millennium Challenge Corporation*; 3) Identificar se e quais reformas foram adotadas por El Salvador para se eleger para o acordo; 4) Analisar as propostas de projeto da MCC para o país. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa baseada na teoria crítica neogramsciana, tendo a análise documental como eixo central. Serão examinados documentos oficiais da MCC, relatórios governamentais e registros relacionados a implementação de projetos em El Salvador. Os resultados parciais sugerem que os indicadores globais adotados pela MCC vêm sendo mobilizados como instrumentos de poder, operando sob o pretexto de objetividade, mas associados à difusão de uma visão de mundo neoliberal que condiciona políticas nacionais à lógica da governança global lideradas pelos Estados Unidos.

¹⁵ Pesquisa vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Política Internacional, Segurança e Defesa (NPSeD), na linha de pesquisa “O Poder das Ideias na Formação de Institutos Liberais na América Latina”. Agência de fomento: CAPES

Palavras-chave: Indicadores Globais; Política Externa dos Estados Unidos; *Millennium Challenge Corporation*; Neoliberalismo; El Salvador.

O NOVO ENSINO MÉDIO COMO ESTRATÉGIA HEGEMÔNICA: O PAPEL DE REDES ESTADUNIDENSES NA CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO NEOLIBERAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL¹⁶

Larissa Vaccari Francischetti
(Bacharel em Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: larissavaccarifran@gmail.com

A reforma do Ensino Médio no Brasil, que instituiu o Novo Ensino Médio (NEM), tem promovido uma série de mudanças na educação das escolas brasileiras. Dentre elas, destaca-se a flexibilização dos currículos, que também assumem um enfoque no ensino técnico e profissional. Mudanças como essas são interessantes à manutenção das estruturas do modo de produção capitalista e são fruto da disseminação da ideologia da classe dominante estadunidense na educação brasileira. A atuação desta classe no Novo Ensino Médio ocorre por meio de redes compostas por diversos atores, como organizações internacionais, empresas multinacionais, universidades, instituições financeiras, órgãos governamentais formuladores de políticas públicas e indivíduos, com destaque para as fundações privadas brasileiras. Nesse sentido, o presente trabalho busca identificar as redes transnacionais vinculadas à classe dominante estadunidense atuantes no NEM e compreender como a sua atuação contribui para a manutenção da hegemonia desta classe. Assim, o faz a partir de uma leitura de Gramsci acerca da hegemonia, por meio da revisão bibliográfica de suas obras, bem como das de Marx e Engels a respeito da estrutura de classes e da ideologia; de Cox, no que tange à hegemonia nas Relações Internacionais; além das de outros autores que abordam as intervenções dos Estados Unidos na educação latino-americana ao longo da história e a atuação das fundações privadas no NEM. O estudo também se utiliza da análise de documentos sobre a reforma do Ensino Médio e dos sites institucionais das fundações privadas nela atuantes, além dos currículos e redes sociais de seus membros. Desse modo, este estudo demonstra que a influência da classe dominante estadunidense no NEM se dá por meio de redes compostas por organizações internacionais e empresas, instituições financeiras, universidades, órgãos governamentais e fundações privadas tanto brasileiras quanto estadunidenses. Merece destaque a Fundação Lemann, que funciona como um dos principais vértices das redes transnacionais, cuja atuação ocorre por meio de projetos para o NEM, soluções educacionais e formação de líderes. Tais incursões permitem a perpetuação de estruturas capitalistas e a reprodução dos privilégios materiais da classe dominante estadunidense na forma de lucros. Assim, as intervenções desta classe no Novo Ensino Médio contribuem para a manutenção de sua hegemonia.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Redes Transnacionais; Classe Dominante Estadunidense.

¹⁶ Esta proposta de trabalho se relaciona ao Trabalho de Conclusão de Curso de mesmo título submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel(a) em Relações Internacionais. Foi desenvolvida como parte do projeto de pesquisa “O poder das ideias e a manutenção hegemônica através do consenso: Estados Unidos e América Latina”, ainda integrado pela autora e vinculado ao INCT-INEU, REHEU, IMDH/UFSC e NPPISD.

NEOLIBERALISMO: UMA LINGUAGEM ECONÔMICA DO UNIVERSALISMO CULTURAL

Jacque Mário Almeida Ié
(Relações Internacionais/UERJ)
E-mail: almeidajamaral2018@gmail.com

Este artigo analisa a relação entre neoliberalismo e universalismo cultural. Partindo do entendimento de que a economia é uma construção humana atravessada por valores culturais e ideologias políticas, argumenta-se que o neoliberalismo, embora originado no Ocidente, foi globalmente institucionalizado como modelo padrão por organizações financeiras internacionais. Ao se apresentar como racionalidade neutra e natural, o neoliberalismo impõe uma linguagem econômica baseada na concorrência, no lucro e na responsabilização individual, moldando subjetividades e reorganizando práticas sociais e institucionais em diferentes contextos culturais. Assim, mais do que um sistema econômico, configura-se como linguagem universalizante que reconfigura modos de vida, tornando-se parâmetro para interpretação e legitimação das ações de indivíduos, empresas e Estados. A pesquisa, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, fundamenta-se em levantamento bibliográfico sobre os conceitos de neoliberalismo e universalismo cultural, bem como na identificação de políticas neoliberais disseminadas por instituições financeiras internacionais. Adota-se como referencial a perspectiva pós-positivista das Relações Internacionais, com ênfase nas teorias pós-coloniais e críticas, para problematizar os efeitos culturais da padronização neoliberal. O artigo está estruturado em três partes: apresentação dos conceitos de neoliberalismo e cultura; análise dos impactos culturais das políticas neoliberais; e discussão do neoliberalismo enquanto linguagem econômica do universalismo cultural. Conclui-se que a força do neoliberalismo reside menos em sua dimensão econômica e mais em sua capacidade de se impor como gramática global de sentido e comportamento.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Universalismo Cultural; Subjetividade.

GT 11. Raça, Direitos Humanos e Movimentos Sociais
25/11/2025 às 11h no Mini Auditório CNM

**RAÇA COMO ELEMENTO BASILAR PARA ENTENDER AS RELAÇÕES DE
PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL¹⁷**

Luís Carlos Mida Nhaslambé
(Relações Internacionais/Universidade Federal de Santa Catarina)
E-mail: midacarlos98@gmail.com

Este trabalho visa analisar a centralidade da raça como elemento estruturante das relações de poder no sistema internacional, questionando a permanência de uma ordem global fundada na colonialidade e na hierarquização racial. A pesquisa parte da hipótese de que a colonialidade do poder, ancorada na raça, continua a sustentar o sistema internacional e o próprio campo das Relações Internacionais (RI), tanto na produção de conhecimento quanto nas práticas políticas. A pergunta central é: como a colonialidade do poder baseada na raça estrutura as relações internacionais e o campo de RI? Para responder essa questão, a metodologia adotada combina revisão bibliográfica crítica e análise documental, com base em textos fundacionais de RI, documentos históricos e produções acadêmicas contemporâneas. O estudo investiga quais vozes e saberes são privilegiados em RI, as epistemologias que dominam o campo, e como a hierarquia racial legitima a dominação no sistema internacional. A pesquisa dialoga com a teoria crítica e o giro decolonial, especialmente Frantz Fanon, para revelar como o racismo opera tanto nas relações entre Estados quanto na construção do saber acadêmico. Por fim, propõe a descolonização das RI como passo necessário para enfrentar o racismo estrutural e construir novas formas de cooperação internacional.

Palavras-chave: Raça; Colonialidade do Poder; Hierarquização Racial e Sistema Internacional .

¹⁷ É um artigo em andamento.

DIREITOS LGBT E DEFENSORIAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BUENOS AIRES¹⁸

Monique Rafaela Sartor

(Mestrado em Relações Internacionais/Universidade Federal de Santa Catarina)

E-mail: monique.rafaela.sartor@hotmail.com

As Instituições Nacionais de Direitos Humanos têm como objetivo proteger e promover os direitos humanos. Assim, as *Defensorias del Pueblo* da Argentina, um tipo de Instituição Nacional de Direitos Humanos, têm como principal objetivo permitir que os cidadãos e as organizações da sociedade civil apresentem denúncias contra o Estado (Uggla, 2004). Na Argentina, as Defensorias têm sua criação marcada pela redemocratização e a retomada dos movimentos sociais. Os movimentos sociais são responsáveis por lutar pela manutenção e expansão dos direitos humanos, assim como por pressionar o Estado para que ele garanta a aplicação desses direitos (Gohn, 2011). O movimento LGBT argentino teve sua força de ação renovada pela redemocratização, com a retomada da discussão pública sobre a igualdade de direitos. Esse movimento foi responsável por diversas conquistas da comunidade LGBT na Argentina (Pousadela, 2013). Entre as conquistas atribuídas a esse movimento está a criação da Defensoria LGBT de Buenos Aires, instituição responsável por garantir e proteger, de forma específica, os direitos das pessoas LGBT na cidade de Buenos Aires. Assim, a presente pesquisa visa entender o papel do movimento LGBT na criação da Defensoria LGBT de Buenos Aires. Para isso, o trabalho pretende analisar a reformulação da ação dos movimentos sociais argentinos após o fim do período ditatorial, assim como o processo de criação da *Defensoría del Pueblo*. Ao fim, o estudo pretende analisar a formação da Defensoria LGBT e entender como ela se relaciona à articulação do movimento LGBT. As metodologias empregadas na pesquisa serão as de revisão bibliográfica e documental, sendo o primeiro o principal método da primeira parte e o segundo o principal método das demais partes do trabalho. As fontes da pesquisa serão a bibliográfica e documentos do governo de Buenos Aires e do movimento LGBT que demonstram a criação da Defensoria. Em relação aos resultados, a pesquisa ainda se encontra na fase de produção da primeira parte, que corresponde à análise da reformulação dos movimentos sociais em Buenos Aires. Assim, no momento, a pesquisa ainda não possui resultados concretos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Direitos Humanos; Defensorias Públicas.

¹⁸ Trabalho fruto da dissertação orientada pela Prof.^a Dra Clarissa Franzoi Dri e financiado pela CAPES.

UNIVERSALISMO TEÓRICO E PARTICULARISMO EMPÍRICO: UMA CRÍTICA À APLICAÇÃO DAS TEORIAS MAINSTREAM DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO CONTEXTO AFRICANO

Tomás Gomes João
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: tomasgomesjoao27@gmail.com

O campo das Relações Internacionais permanece amplamente dominado por paradigmas teóricos desenvolvidos a partir da experiência ocidental, o que gera limitações na compreensão de realidades políticas fora do eixo euroatlântico. O continente africano, em particular, é frequentemente analisado a partir de categorias analíticas que não dialogam com suas especificidades históricas e sociopolíticas. A crítica a esse universalismo teórico é fundamental não apenas para uma análise mais rigorosa e representativa, mas também para a construção de um campo de RI mais plural, descolonizado e epistemologicamente inclusivo. Argumenta-se que tais teorias, ao ignorarem as marcas do colonialismo, da dependência e do pluralismo político africano, operam como instrumentos ideológicos de dominação, mais voltadas à reprodução do *status quo* global do que à compreensão das realidades periféricas. A partir de uma epistemologia crítica e decolonial, o artigo analisa três eixos empíricos centrais: os conflitos intraestatais no Sahel, regimes híbridos na Etiópia e a integração regional promovida pela AfCFTA para demonstrar os limites explicativos das abordagens realista e liberal, bem como a potência analítica de perspectivas oriundas do Sul Global. Esta pesquisa parte da hipótese de que as teorias *mainstream* das Relações Internacionais, como o Realismo e o Liberalismo, carecem de sensibilidade histórica e contextual para explicar adequadamente os fenômenos políticos africanos. Seu universalismo abstrato resulta, muitas vezes, na reprodução de visões eurocêntricas que desconsideram os regimes híbridos, os conflitos internos e os processos de integração regional africana, exigindo, portanto, abordagens teóricas alternativas mais enraizadas na realidade do Sul Global. Conclui-se que descolonizar as RI exige não apenas a inclusão da África como objeto de estudo, mas o seu reconhecimento como sujeito epistêmico capaz de redefinir os contornos do saber internacional.

Palavras-chave: Relações Internacionais; África; Teoria Crítica; Epistemologia Decolonial.

***GT 12. Cooperação Internacional em Saúde e Segurança: As Novas
Dinâmicas de Governança Global e Regional
25/11/2025 às 9h, sala virtual***

**CONSELHO DE SEGURANÇA E SAÚDE GLOBAL: INVESTIGANDO A
ASCENSÃO DE NOVAS DINÂMICAS?¹⁹**

Lucas José de Brito Carvalho
(Doutorando em Ciência Política/UFPE)
E-mail: lucas.jbcarvalho@ufpe.br

Em uma análise alinhada ao debate sobre novos atores em Governança Global em Saúde e securitização de crises sanitárias, este trabalho busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: como o Conselho de Segurança age em temas de saúde global? Na literatura contemporânea, o diagnóstico mais comum aponta forte alinhamento do órgão com visões tradicionais de securitização em saúde (MCCOY et al, 2023) – voltadas à discussão sobre controle do contágio de doenças infecciosas e do risco desestabilizante de doenças como o HIV/AIDS em situações sociais já muito frágeis, como é o caso de muitas nações africanas (POKU, 2013). Desenvolvimentos recentes, porém, tornam essa definição possivelmente defasada, levando este trabalho a investigar nuances na relação Conselho de Segurança/Saúde, a exemplo: i) um histórico recente de posicionamentos mais sólidos em temas de Saúde Global por parte de potências médias como Brasil e Índia (BROSIG; LECKI, 2023), frequentes membros rotativos do conselho e ii) uma maior frequência das discussões sobre saúde no âmbito do Conselho que, em seus quase 80 anos de existência, só passou a tratar de questões sanitárias a partir da virada do milênio. Através de uma análise qualitativa de conteúdo, este trabalho busca mobilizar os textos integrais e falas proferidas nas reuniões associadas à aprovação das Resoluções 1308 (2000) e 1983 (2011) do Conselho de Segurança, resoluções sobre o HIV/AIDS, questão especialmente sensível em Saúde Global, e que costuma evocar preocupações multidimensionais quanto ao seu tratamento (FOURIE, 2014; CUETO; LOPES, 2023) – distante da visão mais estrita associada ao Conselho de Segurança; assim como os textos integrais e falas associadas às Resoluções 2177 (2014) e 2439 (2018), relacionadas à crise do Ebola, questão sanitária mais comumente tratada sob a ótica securitizadora esperada do Conselho de Segurança (BURCI, 2014). Com a coleta e análise deste material, buscamos evidências que caracterizem de forma mais complexa a atuação do Conselho de Segurança em temas de saúde. Primeiro, investigando a ascensão de visões menos securitizadoras e mais socialmente compreensivas das crises em foco, o que indicaria uma transformação no funcionamento deste que é amplamente considerado uma das peças mais estritas do Sistema ONU. Por fim, dedicando também atenção ao papel exercido por países do Sul Global nestas discussões, buscando os caracterizar como agentes promotores (ou não) de visões mais amplas em saúde – noção apoiada pela trajetória desses países em outros órgãos, como a Organização Mundial da Saúde (CUETO; BROWN; FEE, 2019).

Palavras-chave: HIV/AIDS; Conselho de Segurança; Securitização em Saúde.

¹⁹ Trabalho desenvolvido em função da tese de doutorado do autor, com fomento de Bolsa de Pós-Graduação pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE).

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA SAÚDE ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE: CAMINHANDO JUNTOS CONTRA O FIM DO HIV E DA AIDS

Gustavo Luiz Frisso
(PPGRI San Tiago Dantas)

E-mail: gustavoluizfrisso@hotmail.com

A política externa brasileira durante o primeiro governo Lula (2003-2010) estabeleceu uma nova fase nas relações com a África, especialmente com países de língua portuguesa. Neste contexto, a cooperação internacional em saúde tornou-se um eixo estratégico, destacando-se o Brasil como ator de protagonismo na Saúde Global através de sua *expertise* no combate ao HIV e à AIDS. Em 2007, a África subsaariana concentrava mais de 75% da epidemia mundial de HIV/AIDS, sendo Moçambique um dos países mais afetados, com mais de trezentas mil mortes entre 1999 e 2003. A fragilidade estrutural do sistema de saúde moçambicano, agravada pelos anos de conflitos pela independência, limitava as respostas eficazes à epidemia, principalmente no acesso ao tratamento antirretroviral devido aos altos custos e à falta de capacidade institucional. Este trabalho analisa a cooperação estruturante entre Brasil e Moçambique na área da saúde, com foco na construção da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, fábrica destinada à produção de antirretrovirais. Busca-se compreender como essa iniciativa se inseriu na política externa brasileira e seus impactos no fortalecimento do sistema de saúde moçambicano. A pesquisa utilizou revisão bibliográfica de fontes acadêmicas e documentos oficiais sobre a cooperação Brasil-Moçambique no período de 2003 a 2012. Foram analisados os projetos de cooperação executados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituições centrais na implementação da cooperação sul-sul em saúde. O estudo examinou documentos técnicos sobre a viabilidade da fábrica de medicamentos e relatórios sobre a epidemia de HIV em Moçambique. A construção da Sociedade Moçambicana de Medicamentos representou um marco na cooperação estruturante sul-sul, baseada na horizontalidade e na transferência de conhecimento técnico. Embora a fábrica tenha enfrentado atrasos significativos e não tenha se dedicado exclusivamente aos antirretrovirais conforme o projeto original, sua concretização proporcionou ganhos simbólicos e políticos para o Brasil na Saúde Global. A desatualização da carteira de medicamentos em relação aos novos tratamentos de HIV não invalida o aprendizado do processo cooperativo, que priorizou o fortalecimento institucional através da capacitação profissional e da criação de redes estruturantes. A experiência demonstra que a cooperação internacional em saúde transcende resultados imediatos, consolidando-se como instrumento de aproximação diplomática e desenvolvimento mútuo entre países do Sul Global.

Palavras-chave: HIV e Aids; Cooperação Internacional; Saúde Global.

DESAFIOS E POTENCIAIS DO SISTEMA DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES NO COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL NA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUAÇU²⁰

Hevelyn Priciely Ghizzi

(Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI/ Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA)

E-mail: hevelyn.ghizzi@gmail.com

A presente pesquisa investiga os desafios e potencialidades dos sistemas de intercâmbio de informações no enfrentamento ao crime organizado transnacional na Região Trinacional do Iguaçu, composta por Brasil, Argentina e Paraguai, ao longo dos últimos vinte anos. A delimitação espacial justifica-se pela proximidade da pesquisadora com a região, o que permite uma leitura situada das dinâmicas locais de segurança. A delimitação temporal, por sua vez, relaciona-se ao período de existência do Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do Mercosul (SISME), mecanismo de cooperação regional em matéria de segurança. A região, onde se destacam Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, combina dinamismo econômico e diversidade cultural com a expansão de atividades ilícitas, como tráfico de drogas, armas, pessoas, contrabando e descaminho. A intensa circulação de pessoas, mercadorias e capitais, somada à fragilidade institucional e à falta de integração entre os órgãos de segurança, favorece a atuação de redes de Crime Organizado Transnacional (COT) cada vez mais sofisticadas. O Índice Global do Crime Organizado (2023) aponta o agravamento da criminalidade e a redução da resiliência institucional nos três países, com sobrecarga dos sistemas penitenciários e limitações na capacidade estatal de resposta (Global Initiative, 2023), associadas a desigualdades históricas e estruturais (Fandino, 2004). Nesse contexto, o intercâmbio de informações entre os aparatos de segurança constitui uma ferramenta estratégica para a construção de respostas coordenadas. A troca de dados, aliada à interoperabilidade dos sistemas, permite investigações mais ágeis, facilita a identificação de autoria de crimes e fortalece a cooperação técnica e institucional. Ainda assim, há um desconhecimento da plataforma pelos funcionários públicos, a hipótese é que persistem entraves institucionais, técnicos e culturais que restringem a efetividade desses instrumentos, tornando esse estudo essencial para compreender suas lacunas e possibilidades de aprimoramento. Portanto, a pesquisa busca responder: em que medida o Sistema de Intercâmbio de Informações do Mercosul tem sido efetivo no enfrentamento ao crime transnacional na Região Trinacional do Iguaçu? E quais estratégias podem ser adotadas para potencializar seu uso e promover maior segurança e paz regional? O objetivo geral consiste em analisar o papel desses sistemas no fortalecimento da segurança regional, com ênfase na cooperação entre Argentina, Brasil e Paraguai. Especificamente, pretende-se compreender sua operacionalização, identificar alcances e limitações e avaliar as mudanças e continuidades em sua atuação ao longo de duas décadas. A pesquisa adota abordagem qualitativa e procedimento bibliográfico, buscando captar a complexidade da cooperação internacional e das dinâmicas transfronteiriças de segurança. Ancorada em autores latino-americanos e nos estudos para a paz, parte-se da concepção de que a segurança é um campo relacional atravessado por desigualdades, disputas e processos de exclusão (Fandino, 2004; Galtung, 1969; Bobbio, 2003). Espera-se identificar boas práticas e limitações na aplicação do SISME, além de propor estratégias para o fortalecimento da cooperação regional e a consolidação de políticas públicas voltadas à promoção da paz positiva e da segurança sustentável na região.

²⁰ Pesquisa em andamento. Dissertação sendo desenvolvida para obtenção de título de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bolsista CAPES.

Palavras-chave: Segurança Regional; Cooperação Internacional; Crime Organizado Transnacional; Intercâmbio de Informações; Região Trinacional do Iguaçu.

AS NOVAS FRONTEIRAS DA DEMOCRACIA: EU SOU TUDO, MENOS O OUTRO²¹

Caroline Rodrigues Carlos
(Mestrado em Relações Internacionais/UNILA)

E-mail: cahrodriguesc@gmail.com

Lucas Ribeiro Mesquita
(Mestrado em Relações Internacionais/UNILA)

E-mail: lucas.mesquita@unila.edu.br

O presente trabalho busca compreender o impacto do algoritmo das redes sociais na percepção do “outro” em ambientes democráticos, para isso, usa como metodologia a revisão bibliográfica de conceitos e obras que se debruçam a explicar os processos de construção de narrativas, somado a isso, é feita a articulação desses conceitos com bibliografias que tratam sobre o ambiente informacional contemporâneo. A pesquisa considera o discurso como uma prática política com intencionalidade opaca (Saphiro, 1989), onde as narrativas devem ser associadas a uma responsabilidade ética quanto as intencionalidades do narrador (Moulin, 2016). Essa responsabilidade ética é construída não apenas pela percepção do que é certo, mas também pela percepção e reconhecimento do “outro” como um validador (Zehfuss, 2009; Han 2022). As fronteiras dos Estados foram por muito tempo os divisores entre o “eu” e o “outro”, pois delimitaram a existência de pequenas unidades autônomas onde existe um “nós” universalista que se denomina como democrático e um “Eu” autônomo que busca sobreviver ao sistema anárquico (Walker, 1996). Entretanto, com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e a popularização das Redes Sociais, foi observada uma nova forma de construir fronteiras. Os limites do “Eu” começaram a ser definidos pelos Filtros dos algoritmos, criando bolhas de convívio marcados por uma realidade fragmentada (Pariser, 2012; Cerarino 2022), no qual cada tribo virtual acredita que sua percepção da realidade é única, enquanto rejeita a experiência do outro. Nesse contexto, a prática discursiva perde seu fator de racionalidade e dialogo entre sujeitos de diferentes crenças e se limita a uma validação entre integrantes de uma mesma bolha virtual. Os filtros-bolha das Redes sociais, ao desarticularem os espaços de comunicação e diálogo, geram ambientes de validação narrativa sem a presença do “outro” em uma perspectiva autodoutrinadora. Nessa estrutura, a percepção ética da realidade é impossibilitada, e as narrativas são construídas sem que suas intencionalidades sejam transparentes. Não só isso, como as dinâmicas das redes sociais colocam o outro como uma ameaça à continuidade do fragmento de realidade associada a tribo social formada, aumentando tensões políticas que enfraquecem as instituições democráticas. Como conclusão, o artigo demonstra que as fronteiras entre o eu e o outro antes marcadas pelo conflito entre o Estado democrático como protetor dos Direitos individuais contra o Sistema Internacional como anárquico e perigoso, se deslocaram para as tribos virtuais, em um processo de fragmentação da realidade e negação da antes defendida universalidade do ser democrático, criando novas fronteiras internas ao Estado que se relacionam não apenas ao território físico, mas com existências e modos de vida conflitantes. Somado a isso, a construção de narrativas internas às bolhas virtuais é marcada pela falsa percepção de neutralidade do algoritmo, que, na verdade, esconde arquiteturas de ideologias e comunicação política.

Palavras-chave: Algoritmos; Democracia; Tribos Virtuais; Narrativas.

²¹ A pesquisa foi financiada pelo Programa de Bolsa Institucional da UNILA - PROBIU.

MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Mostra de Iniciação Científica
24/11/2025 às 16h no Hall do Bloco B - CSE

**DO CONTESTADO AO VALE DOS IMIGRANTES: O ORGULHO DESCENDENTE
REESCREVENDO A HISTÓRIA**

Evellyn Texeira Locatelli
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: locatellit.evellyn@gmail.com

Os processos migratórios estão diretamente relacionados com as dinâmicas de poder e de identidade de uma região geográfica, como, por exemplo, o “Vale do Contestado”, região catarinense, a qual, em 2019, passou por um processo de renomeação, passando a ser chamada oficialmente de “Vale dos Imigrantes”, a fim de enaltecer a figura do europeu colonizador e o modelo civilizatório importado por eles. A decisão, justificada por interesses econômicos e turísticos, evidencia uma disputa simbólica que se insere em lógicas de eurocentrismo e construção de imaginários sociais. A partir da perspectiva das Relações Internacionais, compreende-se como os processos de imigração europeia impactaram as relações internas catarinenses, resultando no apagamento de memórias locais dos caboclos por meio da hierarquização cultural e do uso de *soft power*. Ao priorizar a herança europeia como narrativa dominante, a memória cabocla da Guerra do Contestado (1912-1916) é silenciada, construindo, por outro lado, uma identidade territorial ancorada no eurocentrismo. A metodologia qualitativa deste trabalho baseia-se na revisão bibliográfica, fundamentada em obras e estudos já publicados sobre o tema, a fim de discutir como as disputas por memória na região catarinense estão profundamente conectadas às lógicas internacionais de poder, desde a imigração voluntária de povos germânicos, polacos e eslavos, até a renomeação e silenciamento da identidade territorial cabocla. A decisão, instrumentalizada pela Instância Regional do Vale do Contestado, explicita a maneira com que eventos históricos são instrumentalizados em formato de projeto político e econômico, virando uma ferramenta de poder. Dessa forma, conclui-se que os processos históricos e globais não influenciam apenas os limites territoriais geográficos, como também, os limites culturais, moldando identidades e narrativas até os dias atuais.

Palavras-chave: Contestado; Imigração; Relações Internacionais; Colonização; Identidade.

"UNITED FRUIT COMPANY" E "PBSUCCESS": COMO UMA MULTINACIONAL EXPORTADORA DE BANANAS MOTIVOU UM GOLPE ESTATAL PROMOVIDO PELA AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA ESTADUNIDENSE NA GUATEMALA

Júlia Uhlig Ziemann
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: juliauhligzie@gmail.com

A história guatemalteca do século XX é marcada pela dependência econômica em exportação, governança ditatorial e exploração da população vulnerável. Neste contexto, destacam-se atos intervencionistas econômicos e políticos gerados pela multinacional *United Fruit Company* (UFC), empresa exportadora de bananas, e pela Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense, organizadora do plano *PBSuccess*. Essa temática demonstra-se importante por conta da quebra de autonomia, soberania e desenvolvimento próprio do país, que haviam sido objetivados durante os governos progressistas e reformistas de Juan José Arévalo e Jacobo Árbenz. Ambos inauguraram medidas democráticas contra a manutenção de oligopólio e privilégios da elite, e a favor da reforma agrária, ampliação de direitos trabalhistas e melhorias das condições de vida da população. O que acabou gerando reações contrárias da elite exportadora da UFC e do governo dos Estados Unidos da América (EUA), os quais através de uma operação de propaganda com desinformação, sabotagens e pressões diplomáticas, geraram a interrupção do processo democrático guatemalteco, um Golpe de Estado e a primeira intervenção ativa em terras latinas. Sendo assim, este artigo busca analisar os pormenores destas ações e possíveis conexões geradas por elas até os dias de hoje na Guatemala, principalmente nos âmbitos educacionais e socioeconômicos. Para isso, utilizou-se metodologia qualitativa, concentrada no entendimento dos contextos e fenômenos históricos, através de pesquisas em obras das línguas portuguesa, inglesa e espanhola. A abordagem foi de finalidade exploratória, ou seja, visando criar investigações futuras ainda mais aprofundadas. Por fim, o artigo conclui-se relacionando estes atos intervencionistas a alguns desafios atuais vistos na Guatemala do século XXI, que já voltou a ser democrática, mas nunca se recuperou totalmente da quebra de desenvolvimento autônomo, especialmente no que se refere à desigualdade social, à educação precária e à marginalização da população minoritária.

Palavras-chave: United Fruit Company; PBSuccess; CIA; Guatemala; Golpe de Estado.

A ASCENSÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA DEFESA SUL-AFRICANA E SUA INFLUÊNCIA NO COMPLEXO DE SEGURANÇA DA ÁFRICA AUSTRAL (2014–2024)

Maria Fernanda de Sá da Silva
(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: mariafernandass.2105@gmail.com

Marina Signorini Castilho
(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: marinasignorini@hotmail.com

O avanço das tecnologias de informação e comunicação no século XXI vem redefinindo as relações humanas e interestatais, reconfigurando estruturas de poder globais e regionais. À luz da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS), de Barry Buzan (2003), os sistemas internacionais são compostos por subsistemas regionais de segurança, caracterizados por interdependência e proximidade geográfica, em que os Estados tendem a temer e interagir mais intensamente com seus vizinhos do que com potências distantes. Assim, as dinâmicas securitárias tornam-se mais densas em nível regional, estruturadas por relações de amizade e inimizade e pela distribuição de poder entre as unidades. Nesse contexto, a África do Sul desponta como ator central no complexo de segurança regional da África Austral. A partir de 2014, o país tem investido no desenvolvimento de infraestrutura e pesquisa em Inteligência Artificial (IA), com destaque para aplicações na defesa, vigilância e segurança cibernética. Estudos bibliométricos (SAJS, 2023) demonstram crescimento expressivo das publicações científicas sobre IA, de 137 em 2013 para 1.071 em 2022, embora o índice de atividade nacional (0,42) ainda esteja abaixo da média mundial. O avanço tem sido impulsionado por parcerias internacionais e, mais recentemente, pela inauguração da primeira fábrica de IA do continente, consolidando o papel estratégico do país na região. Apesar do crescente investimento sul-africano em IA de defesa registrado na última década, seus efeitos nas dinâmicas de poder permanecem pouco explorados. Dessa forma, por meio de pesquisa qualitativa, analisando documentos oficiais sul-africanos, artigos acadêmicos, notícias e demais fontes primárias e secundárias relacionadas à questão, busca-se por meio deste trabalho, investigar em que medida o desenvolvimento da infraestrutura de IA de defesa na África do Sul reforça ou reconfigura as relações de poder no continente africano, mais especificamente no complexo de segurança regional da África Austral.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; África do Sul; Complexo Regional de Segurança.

AMAZÔNIA AZUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO DA PROJEÇÃO BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL²²

Bruna Wasilewski

(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: bruna.wasilewski@grad.ufsc.br

George Jolkesky

(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: george.a.v.j@grad.ufsc.br

Marina Jorge

(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: marina.jorge@grad.ufsc.br

A Amazônia Azul, conceito estratégico da Marinha do Brasil, corresponde ao espaço marítimo sob jurisdição brasileira, essencial, tanto por sua riqueza de recursos naturais e biodiversidade, quanto por sua relevância geopolítica e geoestratégica (Brasil, 2024). A hipótese central deste trabalho é a de que o fortalecimento da atuação brasileira e seu entorno estratégico via expansão de seu poder marítimo, especificamente na Amazônia Azul, contribui diretamente para sua projeção regional no Atlântico Sul, especialmente no campo da segurança marítima e da cooperação Sul-Sul. Para tanto, dedica-se ao estudo de caso da atuação regional brasileira no Atlântico Sul, desde a década de 80 e até os dias atuais, com foco no histórico de cooperação no âmbito da ZOPACAS e no envolvimento com países na costa ocidental africana, bem como no desenvolvimento atual de capacidades materiais. Assim, o trabalho adota metodologia de estudo de caso, com abordagem qualitativa, centrada na atuação do Brasil na Amazônia Azul, como instrumento de projeção regional no Atlântico Sul. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de fontes oficiais, como a Política e Estratégia Nacional de Defesa, relatórios da Marinha e de empresas da Base Industrial da Defesa (BID). Utiliza-se dos conceitos de Alfred T. Mahan para justificar a relevância do poder marítimo para a projeção de poder regional do Brasil. Desde a década de 1980, o Brasil busca consolidar sua atuação regional no Atlântico Sul, com destaque para iniciativas de cooperação Sul-Sul com países da costa atlântica africana, por meio de acordos de defesa, treinamento militar e fomento econômico (Abdênur; Souza Neto, 2013). Essa atuação regional é respaldada pelo fortalecimento de capacidades operacionais e tecnológicas do Brasil. O Comando da Marinha lidera o Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), que prevê a entrega de quatro novas embarcações até 2028 (EMGEPRON, 2024). A capacitação do pessoal também é prioridade, com operações como Obangame Express - no Golfo da Guiné - e empreendimentos como a ASPIRANTEX - que colaboram no adestramento de aspirantes (Marinha do Brasil, 2025). O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) destaca-se pela construção do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear e de quatro submarinos convencionais. Complementarmente, o SisGAAz, com apoio do CENSIPAM, integra tecnologias de monitoramento remoto para vigiar as águas jurisdicionais brasileiras. Desde 2020, o CENSIPAM tem ampliado sua atuação com foco em drones e geointeligência no combate a ilícitos e à degradação ambiental. Por fim, empresas estatais como a EMGEPRON e a AMAZUL têm papel central na Base Industrial de Defesa (BID), desenvolvendo e gerindo projetos estratégicos de alta tecnologia. A partir deste estudo, torna-se evidente que o reconhecimento da Amazônia Azul como espaço estratégico pelo Brasil reflete na atuação de suas instituições, iniciativas e projetos de naturezas diversas, que

²² Pesquisa vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Política Internacional, Segurança e Defesa (NPSeD), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

se constroem desde a década de 1980. Seja na proatividade para cooperação Sul-Sul, no intercâmbio com países africanos, ou no desenvolvimento de capacidades e sistemas de monitoramento, a projeção regional brasileira através da Defesa é evidente sobre o Atlântico Sul.

Palavras-chave: Amazônia Azul; Projeção Regional; Atlântico Sul; Brasil; Defesa.

GÊNERO E CIBERSEGURANÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA FEMINISTA

Brenda Fabiani Lucini
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: brendaflucini@gmail.com

Barbara Fabiani Lucini
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: barbaraflucini@gmail.com

Orientadora: Stela da Rocha de Medeiros Dantas
(Relações Internacionais/ UFSC)
E-mail: stelarmdantas@gmail.com

A teoria feminista das Relações Internacionais (RI) busca oferecer novas categorias de análise às dinâmicas internacionais, examinando de que maneira fenômenos emergentes do Sistema Internacional (SI) produzem efeitos diferenciados quando observados sob a ótica de gênero. Nesse contexto, destaca-se o espaço cada vez mais relevante que os estudos de cibersegurança vêm ocupando nas RI, afirmando-se como uma dimensão estratégica dentro da disciplina e impulsionando um número crescente de pesquisas na subárea da segurança internacional. No entanto, conforme apontado por Whetstone e K.C. (2024), a maioria da produção acadêmica sobre cibersegurança privilegia análises relacionadas à segurança nacional e empresarial, negligenciando dimensões ligadas à segurança humana e aos direitos humanos no ambiente digital. Identifica-se, portanto, uma contundente lacuna de pesquisa nesse campo, já que os impactos da cibersegurança com base em gênero é um objeto de estudo ainda insuficientemente investigado dentro das RI. Nesse sentido, a crescente relevância do ciberespaço nas relações globais exige uma análise crítica que vá além das abordagens tradicionais. Ao ser aplicada para a cibersegurança, a teoria feminista das RI tem o potencial de oferecer novas perspectivas ao investigar os impactos específicos de operações, incidentes e ações cibernéticas sob uma lente de gênero. Em vista disso, esta pesquisa se propõe a analisar como elementos da cibersegurança podem impactar de forma distinta e desproporcional mulheres e minorias sexuais. Mediante o método dedutivo e o caráter exploratório dos objetivos, combinado à revisão de literatura especializada em cibersegurança e teoria feminista das RI, o presente trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta: de que forma gênero se torna uma variável de relevância para estudar as dinâmicas subjacentes ao ciberespaço? Com isso, objetiva-se entender (i) como a teoria feminista pode contribuir para expandir a compreensão da cibersegurança; (ii) como incidentes, operações e ações cibernéticas afetam de forma desproporcional mulheres e minorias sexuais e (iii) como dinâmicas de gênero tornam-se evidentes dentro do ciberespaço. Por fim, a pesquisa busca contribuir para ampliar os debates no campo da cibersegurança através da inclusão de uma perspectiva de gênero por meio dos estudos feministas das RI, com potencial de orientar práticas passíveis de serem incorporadas em políticas e estratégias nacionais e internacionais de cibersegurança.

Palavras-chave: Cibersegurança; Gênero; Segurança Internacional; Teoria Feminista.

O IMPACTO DOS ACORDOS COMERCIAIS DO BRASIL NO DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS BRASILEIRAS

Ana Clara Alves Mont' Alvão Fialho
(Ciências Econômicas/Universidade Federal de Santa Catarina)

E-mail: ac.fialhoo@gmail.com

Gabriela de Ávila Nunes
(Ciências Econômicas/Universidade Federal de Santa Catarina)

E-mail: gabriela217171@gmail.com

O agronegócio brasileiro tem consolidado sua centralidade nas exportações, respondendo por 53,6% da pauta em março de 2025, quando o país embarcou US\$ 15,6 bilhões em produtos, alta de 12,5% em relação ao ano anterior (Agência gov, 2025). A reabertura do mercado europeu para a carne de frango e peru, autorizando embarques de 3,28 milhões de toneladas e US\$ 6,1 bilhões, evidencia como acordos e negociações moldam fluxos comerciais e ampliam a competitividade em mercados estratégicos (Fischer, 2025). A literatura aponta que a inserção do Brasil em acordos preferenciais tende a beneficiar setores agrícolas de maior vantagem comparativa, como soja, café e carnes, embora barreiras não tarifárias permaneçam como entraves relevantes (Nonnenberg et al., 2020). Simulações também demonstram ganhos de bem-estar e competitividade decorrentes do acordo Mercosul-União Europeia, reforçando o papel dos arranjos institucionais na integração às cadeias globais de valor (Granja Junior; Massuquetti; Azevedo, 2022). Problemática: nesse contexto, este estudo busca analisar de que maneira os acordos comerciais internacionais influenciam a competitividade e a inserção das exportações agrícolas brasileiras entre 2015 e 2025. Objetivo Geral: analisar de que maneira os acordos comerciais internacionais influenciam a competitividade das exportações agrícolas brasileiras e sua inserção nas cadeias globais de valor (CGV). Objetivos Específicos: 1) examinar o impacto dos principais acordos comerciais (regionais e multilaterais) sobre a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional. 2) identificar os setores agrícolas mais beneficiados e aqueles mais vulneráveis às barreiras tarifárias e não tarifárias impostas pelos parceiros comerciais. 3) avaliar em que medida os acordos comerciais contribuem ou restringem a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. 4) relacionar a experiência brasileira aos debates teóricos da Economia Política Internacional, com ênfase nas dinâmicas de comércio, poder e dependência. Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, abrangendo o período de 2015 a 2025. Primeiramente, realiza-se uma análise quantitativa de dados secundários (ComexStat/MDIC²³, FAO²⁴, OMC²⁵) para identificar os acordos e produtos agrícolas mais impactados nas exportações brasileiras. Em seguida, desenvolve-se uma análise qualitativa, baseada em estudo de caso e análise documental (como o acordo Mercosul-União Europeia), a fim de compreender os fatores políticos, econômicos e ambientais que condicionaram esses resultados. Resultados esperados: com base na literatura analisada, espera-se que os resultados apontem que a expansão do número e da abrangência dos acordos comerciais firmados pelo Brasil contribua para o fortalecimento das exportações agrícolas. Esses instrumentos tendem a reduzir barreiras

²³O Comex Stat é o sistema oficial de estatísticas de comércio exterior do Brasil, disponibilizado pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC). Ele fornece mensalmente dados detalhados sobre exportações e importações, extraídos do SISCOMEX a partir das declarações de exportadores e importadores.

²⁴A FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) é a agência especializada da ONU responsável por liderar esforços internacionais de combate à fome, promoção da segurança alimentar, melhoria da nutrição e desenvolvimento sustentável dos sistemas agroalimentares.

²⁵A OMC é a organização internacional criada em 1995 para regular o comércio entre países, negociar acordos e resolver disputas comerciais.

tarifárias e não tarifárias, ampliar o acesso a mercados estratégicos e elevar a competitividade dos produtos brasileiros. Assim, a expectativa é de que a integração comercial favoreça a diversificação dos destinos, o aumento do volume exportado e o reforço do papel do agronegócio na economia nacional.

Palavras-chave: Comércio internacional; Acordos comerciais; Exportações agrícolas; Competitividade.

SEGURANÇA PÚBLICA NA DEPENDÊNCIA: RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS

João Gabriel Gaspar Ballesterro
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: joaogkg@hotmail.com

As relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos historicamente se deram pautadas por uma violência imperial exercida pelos EUA sobre o Brasil, valendo-se este último, para tanto, da coerção e do “consenso”. Desde o fim da Guerra Fria, observa-se uma preferência (nada ocasional), por parte dos formuladores de política externa estadunidenses, por instrumentos consensuais de dominação àqueles relacionados a um uso da força às claras, sendo que o oferecimento de “ajudas”, no âmbito da Segurança Pública, e o cultivo de boas relações junto de policiais brasileiros, vem sendo estratégia perenemente adotada. Nesse sentido, esta pesquisa tem por fim compreender os objetivos, a modalidade e a essência do relacionamento público ou institucional entre Brasil e EUA em matéria de Segurança Pública, a partir da década de 1990, desde uma perspectiva crítica. Ademais, para além da compreensão concreta do objeto analisado, que constitui, precisamente, o objetivo precípua deste nosso esforço, — o qual é um dos dois braços de um projeto de pesquisa sistemática sobre as relações BR-EUA em matéria de Segurança Pública no âmbito de uma tradição teórica neo-gramsciana e dependentista de Relações Internacionais, o outro dedicando-se ao estudo da dimensão privada ou não institucional desse relacionamento entre ambos os países (concernente a *think tanks*, institutos liberais etc.) —, visamos, secundariamente, a: a) contribuir para a literatura crítica de Relações Internacionais, de modo geral, e, mais especificamente, para agendas de pesquisa que articulem hegemonia, imperialismo, consenso e Segurança Pública, expandindo trabalhos anteriores bem como trazendo à baila informações e interpretações originais e inéditas (já, por exemplo, pela pesquisa junto à polícia civil catarinense, que se situa fora do tradicional eixo Rio de Janeiro-São Paulo); e b) contribuir para os debates acerca da soberania (sobretudo ao problematizarmos a já referida informalidade, que se verificou ser o padrão da “cooperação” BR-EUA nessa seara do policiamento) e do desenvolvimento (ao explorarmos as interseções entre este relacionamento bilateral e a estrutura centro-periferia do Sistema Internacional). Para tanto, foram consultadas fontes primárias e secundárias, e conduzidas entrevistas junto de policiais da Polícia Civil do estado de Santa Catarina (tomada por nós como modelo para se pensar o papel das corporações estaduais nessa trama). Além disso, foram empregadas categorias analíticas advindas do neo-gramscianismo aplicado às Relações Internacionais e da Teoria Marxista da Dependência. Como resultados obtidos, até o momento, observou-se que as relações BR-EUA em matéria de Segurança Pública vem se dando, desde a década de 1990, em uma modalidade cada vez mais informal, com claros objetivos, por parte de ambos os lados, de ganhos privados, além de se vir caracterizando (algo, porém, que não é novo, conquanto constitua isso a essência mesma do fenômeno, havendo sido verificado por nós também quando analisando este relacionamento em períodos anteriores do século XX) por um caráter desigual e violento.

Palavras-chave: Imperialismo; Segurança Pública; Dependência; Brasil; Estados Unidos.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA INDÚSTRIA DE DEFESA DO BRASIL E DA ÁFRICA DO SUL: CAPACIDADES OPERACIONAIS, ESTRUTURA INDUSTRIAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Barbara Fabiani Lucini
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: barbaraflucini@gmail.com
Maria Luiza Bussulo Passuelo
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: mlpassuelo@gmail.com
Stephany Zuqui Biava
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: stezbiava@gmail.com

Este trabalho pretende analisar comparativamente a indústria de defesa do Brasil e da África do Sul, suas capacidades operacionais, estrutura industrial e desafios contemporâneos. Para tal, serão analisadas as capacidades industriais, operacionais e tecnológicas dos dois países, destacando semelhanças e diferenças entre eles, avaliando os indicadores gerais da economia de defesa dos dois países, inserção internacional e autonomia tecnológica do setor, pontuando os principais desafios enfrentados atualmente pelas indústrias de defesa nacionais, como perda de pessoal qualificado, limitações orçamentárias e dependência de exportações. Utilizou-se como base metodológica o método de estudo comparado, com foco nas indústrias de defesa do Brasil e da África do Sul. A comparação se dá em dois níveis de análise: intra-caso, rastreando processos (*process tracing*); e inter-caso, aplicados os Métodos da Concordância e o da Diferença –, que permitem identificar fatores comuns e distintos entre os casos, facilitando a explicação das variáveis que contribuem para os diferentes resultados observados. O Brasil tem uma trajetória de fortalecimento e expansão de políticas públicas e investimentos na Base Industrial de Defesa (BID), com destaque para os projetos âncora - Gripen, KC-390, Aspen e Guarani. Apresenta um cenário diversificado e em expansão, com destaque para a Embraer, e tem investido em projetos estratégicos, como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Seus projetos focam na incorporação da indústria nacional e a transferência de tecnologia, fortalecendo a autonomia tecnológica e produtiva do setor. A África do Sul, apesar da indústria de defesa mais avançada da África, enfrenta desafios. A estatal Denel, principal fabricante de defesa do país, passou por uma grave crise financeira e possui sérias limitações estruturais. Ela busca reverter esse quadro explorando oportunidades, especialmente no Sudeste Asiático. Comparativamente, o Brasil conta hoje com uma indústria mais estável, com forte apoio estatal e capacidade crescente de exportação, além de projetos estratégicos que envolvem transferência de tecnologia e inserção em cadeias produtivas internacionais. A África do Sul, por sua vez, embora tenha tradição e *know-how* em setores específicos da indústria de defesa, como artilharia e mísseis, está em um processo de recuperação após uma crise profunda, com foco em reestruturação interna e busca por novos mercados. Em síntese, o Brasil busca se consolidar com maior proeminência como um ator emergente e competitivo no setor de defesa global, e a África do Sul luta para restaurar sua capacidade industrial e retomar sua relevância internacional.

Palavras-chave: Base Industrial de Defesa; Brasil; África do Sul; Indústria de Defesa.

CONSTRUÇÃO DO RACISMO NOS EUA DURANTE OS GOVERNOS TRUMP: POLÍTICA *COLORBLINDNESS* E NEGAÇÃO DA *CRITICAL RACE THEORY*

Maria Isadora Uhlmann
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: m.uhlmann004@gmail.com

É fundamental entender a história política de um Estado para compreender seu comportamento dentro do Sistema Internacional (S.I), principalmente quando se trata de um país como os Estados Unidos, em que sua agenda interna interfere diretamente em sua política externa. A fim de desenvolver essa compreensão, buscamos estudar a construção do racismo nos Estados Unidos, durante os governos Trump, calcada na ascensão da Política *Colorblindness* e contestação da Teoria Crítica da raça, visto a crescente onda de atos e falas racistas do presidente, usando desses conceitos como mecanismos de legitimação. Sendo assim, objetivo desse trabalho é responder à pergunta: como a política *Colorblindness* e o silenciamento da *Critical Race Theory* auxiliam na construção do racismo contemporâneo nos Estados Unidos nos governos de Donald Trump? Além de aprofundar a compreensão desses conceitos. Para isso, o estudo traçou uma linha histórica dos principais eventos da construção do racismo nos Estados Unidos e de seus movimentos antirracistas, seguindo uma metodologia descritiva. Ao final do desenvolvimento do estudo, podemos concluir que a ideologia *Colorblindness* busca, através da negação da existência do racismo estrutural, perdurar a hierarquia de raças existente desde a época da escravidão e das Leis Jim Crow. Em oposição a isso, a Teoria Crítica da Raça busca elucidar a sociedade sobre a existência do racismo dentro dos sistemas estatais e privados, atingindo a educação, saúde e qualidade de vida da população negra. Nesse sentido, o uso de princípios do *colorblindness* em detrimento da Teoria Crítica da Raça pelo presidente Donald Trump, auxiliam na construção do racismo contemporâneo nos EUA através do sensacionalismo em cima de questões raciais, resultando no antagonismo entre brancos e negros e, assim, desvinculando a imagem da elite e do governo estadunidenses dos problemas socio-econômicos do país.

Palavras-chave: Estados Unidos; Racismo; *Colorblindness*; Teoria Crítica da Raça; Política.

A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO NO MUNDO: UMA ANÁLISE DO SETOR TERCIÁRIO NA AMÉRICA LATINA E NO LESTE ASIÁTICO

Lara Soares Furlan
(Bacharel em Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: larafurlan2@gmail.com

Esta produção busca analisar a reconfiguração do trabalho no contexto global a partir da transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível, visando compreender as origens e as consequências da expansão do setor terciário na América Latina e no Leste Asiático, ambas regiões tipicamente periféricas. A problemática que orienta o estudo consiste em entender por que a expansão dos serviços ocorreu de maneira distinta entre as duas regiões e quais os impactos disso para suas posições na economia mundial. Para tanto, a pesquisa adota uma metodologia comparativa de caráter bibliográfico e analítico, fundamentada em dados estatísticos da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). A análise é conduzida a partir da metodologia histórico-estrutural de Giovanni Arrighi, que permite compreender as transformações do sistema capitalista mundial em sua dimensão de longa duração. Além de Arrighi, o estudo se apoia nas contribuições de Immanuel Wallerstein, especialmente no conceito de sistema-mundo, que auxilia na interpretação das relações centro-periferia; de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Maria da Conceição Tavares, cujas formulações acerca da dependência e da superexploração do trabalho são fundamentais para entender as especificidades do desenvolvimento latino-americano; e de Alice Amsden, Ha-Joon Chang e David Harvey, que oferecem elementos para a análise das estratégias de industrialização tardia, das políticas de desenvolvimento e das transformações contemporâneas do capitalismo global. O estudo explora as implicações dessas transformações para o mercado de trabalho em ambas as regiões, abordando a migração de empregos industriais, a relação entre o setor de serviços e a industrialização e o impacto dessas mudanças na apropriação da renda mundial. Conclui-se que a expansão do setor de serviços na América Latina decorreu de um processo de desindustrialização influenciado pela conjuntura internacional vigente na época, o que tem contribuído para a marginalização da região na apropriação da riqueza mundial. Em contraste, o crescimento do setor de serviços no Leste Asiático acompanhou o avanço industrial, consolidando a região como um polo de produção global e evidenciando a disparidade entre as duas partes do mundo na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Trabalho; América Latina; Leste Asiático.

PERDAS DE IDH E DIVISÃO GLOBAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NORTE-SUL (1990-2023)

Otávio Kich Mata

(Graduação em Relações Internacionais/Universidade Federal de Santa Catarina)

E-mail: otaviokmkm@gmail.com

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem sido amplamente utilizado como medida alternativa ao PIB para avaliar o progresso das nações, incorporando dimensões de saúde, educação e renda. No entanto, críticas metodológicas apontam suas limitações, incluindo a homogeneização de realidades heterogêneas e a invisibilização de vulnerabilidades estruturais, particularmente em países pequenos e economicamente vulneráveis. Este trabalho analisa os padrões de perda de IDH entre 1990 e 2023, comparando países do Norte e Sul Global, com base em dados da ONU. A problemática central investiga se as perdas de IDH refletem diferenças entre essas regiões e se o índice capta adequadamente as vulnerabilidades enfrentadas por economias periféricas. Os objetivos incluem: (1) mapear temporalmente as perdas de IDH; (2) identificar países mais afetados em cada região; (3) e analisar anos críticos de perdas simultâneas. A metodologia baseia-se em análise quantitativa de dados longitudinais do IDH (1990-2023), com classificação dos países segundo a divisão Norte-Sul Global e construção de indicadores agregados. Os resultados preliminares revelam que o Sul Global registrou 2.043 perdas de IDH (taxa média de 45,40%), enquanto o Norte Global registrou 387 perdas (17,08%). Os anos de 2020-2022 concentraram perdas massivas devido à pandemia de COVID-19, afetando 166 países simultaneamente em 2020. Países como Eswatini (16 perdas) no Sul e Liechtenstein (8 perdas) no Norte lideram os retrocessos. Os únicos países que não perderam IDH no período analisado foram China, Nauru e Somália.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento Humano; Divisão Norte-Sul; Vulnerabilidade Econômica; Desigualdades Globais; COVID-19.

AS MULHERES DE ABYA YALA: IMPACTOS AMBIENTAIS EM MULHERES E O ATIVISMO FEMININO LOCAL NA COLÔMBIA

Isabelle Pacheco Rolla
(Relações Internacionais/UFSM)
E-mail: isabelle.prolla@gmail.com.br

Os impactos da exploração ambiental não são distribuídos equitativamente entre países e regiões e, mesmo dentro desses, não incidem da mesma forma sobre todos os corpos, fazendo-se distinguir recortes de gênero, raça, classe e território (Blanco, 2019; Burlando, 2017; Gonçalves et al., 2025). Na América Latina, a continuidade histórica da exploração do meio ambiente através de práticas como o extrativismo acentua essa desigualdade (Svampa, 2018; Gudynas, 2015) e, consequentemente, torna mais perceptíveis as diferenciações dos impactos em mulheres racializadas. Paralelamente, é crescente na região um ativismo em defesa do território e do meio ambiente com uma forte presença e liderança de mulheres indígenas, mostrando-as não apenas como vítimas, mas atrizes com capacidade de agência e mobilização nesse cenário (Aliaga et al., 2021). Na Colômbia tais impactos diferenciados por gênero, raça e território também são percebidos, sendo que as mulheres indígenas enfrentam múltiplas formas de vulnerabilização decorrentes da sobreposição entre as desigualdades e se organizam de forma local para resistir e reivindicar mudanças (Rueda, 2023). Diante desse cenário, cresce a relevância de compreender de maneira profunda tais impactos e como essas mulheres elaboram práticas de resistência e ativismo. Dessa forma, apoiada no problema “A partir do Direito Internacional, quais impactos o neoextrativismo e exploração ambiental geram nas mulheres indígenas colombianas e como elas se organizam localmente enquanto ativistas?”, a pesquisa objetiva investigar a exploração ambiental e neoextrativismo na Colômbia a partir de seu desenvolvimento histórico e legitimação, os impactos diferenciados que geram em mulheres a partir da lente da interseccionalidade e a atuação local do ativismo feminino. A metodologia aplicada será qualitativa quanto à sua abordagem, descritiva quanto a seus objetivos e como uma revisão sistemática de bibliografia quanto a seus procedimentos. A partir das lentes teóricas da decolonialidade e interseccionalidade, serão utilizadas as vertentes teóricas do Direito Internacional Ambiental e Feminista, baseando-se em autores como Usha Natarajan (2021), César Rodríguez Garavito (2022), James Anaya (2000), Vasuki Nesiah (2017), Gina Heathcote (2019), Hilary Charlesworth e Christine Chinkin (1991; 2000). Serão utilizadas fontes secundárias, selecionadas de plataformas como o Web of Science, Google Scholar, Scielo, Portal de Periódicos CAPES, revistas internacionais relevantes e Catálogo de Teses e Dissertações CAPES. Também serão utilizadas fontes primárias, como tratados sobre Direito Internacional Ambiental, Feminista e de Populações Indígenas, jurisprudência nacional colombiana, relatórios de organizações não governamentais, organizações locais, regionais e internacionais, declarações públicas, entrevistas, atas de reunião e manifestos de mulheres indígenas ativistas. Dessa forma, espera-se situar na literatura atualizada que os impactos decorrentes da exploração ambiental e do neoextrativismo afetam de maneira diferenciada as mulheres, ressaltando desigualdades de gênero, raça e território; diante disso, elas se organizam coletivamente através do feminismo comunitário, fortalecendo formas de resistência local. Além disso, estima-se identificar brechas na literatura quanto aos impactos desiguais interseccionais e a mobilização feminina junto ao Feminismo Comunitário nas abordagens feministas e ambientais do Direito Internacional.

Palavras-chave: Direito Internacional; Mulheres Indígenas; Neoextrativismo; Decolonialidade.

O ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS DE AMÉRICA LATINA NA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ACADEMIA BRASILEIRA

Demétrio Marguti Coelho
(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: demetriocoelho3@gmail.com

Liu Cerqueira Beier
(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: liucbeier@gmail.com

Sofia Nuernberg Dias
(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: sofianuer@gmail.com

Sophia Dalla Costa da Silveira
(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: sophia.dl.silveira@gmail.com

A presente pesquisa busca contribuir criticamente para o debate sobre o estado da arte do campo das Relações Internacionais, sobretudo no que se refere ao estudo da América Latina. Parte-se do entendimento de que a disciplina é traçada através de perspectivas teóricas produzidas em países centrais, o que limita a incorporação de olhares periféricos. Diante disso, busca-se traçar um panorama da presença da América Latina na produção acadêmica brasileira em Relações Internacionais, a fim de repensar o estudo da disciplina a partir de outros referenciais. A primeira etapa do estudo teve como objetivo compreender em que medida o continente latino-americano é abordado de forma aprofundada nos cursos de graduação em Relações Internacionais nas universidades públicas brasileiras. Para tanto, partiu-se de uma lista com 25 instituições que ofertam o curso e, a partir dela, realizou-se uma análise de suas grades curriculares. No total, foram identificadas 75 disciplinas que continham os termos “América Latina” ou “Latino-Americano” em seus nomes. Dessas, apenas 20 são obrigatórias, enquanto as demais 55 aparecem como optativas. A universidade que mais oferece disciplinas voltadas à América Latina é a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com 6 obrigatórias e 13 optativas. Em seguida, analisou-se os artigos de pesquisadores de Relações Internacionais indexados em SciELO, com o filtro de 2000-2023, e que apresentam “América Latina” em um ou mais dos índices palavras-chave, título e/ou resumo. Dada a interdisciplinaridade da área, estabeleceu-se como critério de que a pessoa autora deveria ter vinculação a um programa/departamento de Relações Internacionais e/ou uma titulação em Relações Internacionais, encontrando o resultado de 69 artigos, de 60 pesquisadores diferentes. Pode-se concluir que há uma concentração das publicações em estados do Sudeste, com foco nos centros de Relações Internacionais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, com destaque a publicações na área de Política Internacional e Economia Internacional, além da existência da diversidade de revistas e suas respectivas áreas de origem nas quais os pesquisadores de Relações Internacionais publicam. Por fim, a análise dos programas de mestrado e doutorado concentrou-se em dissertações e teses disponíveis no portal da CAPES e nos repositórios institucionais das universidades, publicadas entre 2003 e 2023, que continham os termos “América Latina” ou “Latino-Americano” no título ou nas palavras-chave. Entre 11 universidades brasileiras com programas de mestrado em Relações Internacionais, apenas 7 apresentaram trabalhos relacionados à América Latina, sendo elas, UNESP, UFSC, PUC-Rio, UFSM, UERJ, UnB e UFBA. No caso do doutorado, das 8 universidades com programas na área, apenas 4, USP, UNESP, PUC-Rio e UFRGS, apresentaram teses sobre o tema. Além disso, 31 dissertações e todas as teses encontradas foram publicadas entre os anos de 2013 a 2023. A partir desse panorama, conclui-se que o

tema ainda ocupa uma posição marginal na formação dos internacionalistas brasileiros, com poucas disciplinas obrigatórias dentro dos currículos e um enfoque limitado sob perspectivas latino-americanas, evidenciando a necessidade de ampliar os estudos sobre a América Latina produzidos no Brasil.

Palavras-chave: América Latina; Relações Internacionais; Estado da Arte.

NEOLIBERALISMO, BOLIVARIANISMO E PETRÓLEO APROXIMAÇÃO E RUPTURA NAS RELAÇÕES EUA-VENEZUELA (1989-2013)

Ana Clara Arantes Bizoni
(Relações Internacionais /UFGD)

E-mail: ana.bizoni125@academico.ufgd.edu.br

Para a Venezuela, o petróleo está interligado à força motriz estrutural do país, com importância fundamental para a economia e manutenção social. O Estado venezuelano contribui com a maior reserva provada de petróleo, com valor estimado de 17,5% do hidrocarboneto mundial (Zero, 2017). No entanto, esse combustível se tornou palco central de análise, tanto interna quanto externa, da política venezuelana nos últimos quarenta anos, visto que se trata de um produto imprescindível do sistema internacional e fonte de demasiadas disputas. O presente trabalho, intitulado: “Neoliberalismo, Bolivarianismo e Petróleo: Aproximação e Ruptura nas Relações EUA-Venezuela (1989-2013)”, busca salientar a interligação entre (I) A política vigente venezuelana, (II) Como afeta o sistema petrolífero, (III) relação de cooperação e afastamento EUA-Venezuela em detrimento desses fatores. A pesquisa é desenvolvida a partir da implementação do neoliberalismo, durante o governo de Carlos Andrés Pérez, com início em 1989. Destaca as transformações presenciadas no setor do petróleo, com a abertura petrolífera e internacionalização da PDVSA, e posteriormente a drástica mudança com o bolivarianismo no poder e a retomada nacional do hidrocarboneto. Através dessas análises, o trabalho visa adentrar em como a relação bilateral EUA-Venezuelana funciona em detrimento dos períodos abordados. Problemática: de acordo com Vizentini (2003), a relação entre EUA-Venezuela foi construída a partir da implementação do ciclo exportador petrolífero, com uma vinculação privilegiada, o país norte-americano é altamente dependente do hidrocarboneto venezuelano. Logo se demonstra como a mudança política, hora de abertura petrolífera, hora de controle estatal, afeta essa cooperação entre os países. Objetivos: analisar o impacto das modificações políticas venezuelanas no mercado petrolífero se relaciona com as relações diplomáticas e econômicas entre EUA-Venezuela (1989-2013). Salientando a implementação neoliberal, internacionalização da PDVSA, início do bolivarianismo e retomada estatal do petróleo. Metodologia: a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo, baseado em análise de documentos e revisão bibliográficas. Com recorte temporal de 1989 à 2013, é apoiado com referenciais teóricos de análise de política externa e teorias de Relações Internacionais. Breves Conclusões: a introdução do neoliberalismo alterou a dinâmica do petróleo, adotando medidas de liberalização e internacionalização da PDVSA (Cícero, 2015). Contudo, esse alinhamento automático ao Consenso de Washington proporcionou uma parceria estratégica com os EUA, com postura convergente ao governo americano (Monteiro, 2012). Houve um aumento significativo das exportações petrolíferas ao principal parceiro, além do aumento de poder de influência das empresas privadas na atividade petrolífera que elevaram as relações bilaterais com os norte-americanos (Cícero, 2015). O governo Chávez modificou essa estrutura, com fortes tendências de oposição por parte dos EUA, demonstrado com o apoio incessante ao movimento contrário ao bolivarianismo, incluindo uma tentativa de golpe (Valente, 2013). Fatores de articulações interestatais mediante ao petróleo impulsionaram insatisfações, visto o receio dos EUA de dividir sua fonte principal de hidrocarboneto. O que iniciou com uma tentativa de relação moderada entre os Estados, logo se acirrou para um antagonismo declarado, incluindo sanções à PDVSA e repúdio por parte do presidente venezuelano (Monteiro, 2012).

Palavras-chave: Neoliberalismo; Bolivarianismo; Venezuela; EUA; Petróleo.

RECURSOS ESTRATÉGICOS DO BRASIL: DESAFIOS E PRESSÕES DE ATORES INTERNACIONAIS

Natália Magalhães Cupolo
(Relações Internacionais/UFSC)
E-mail: nataliamcupolo@gmail.com

O presente artigo analisa a proteção dos recursos estratégicos do Brasil diante das pressões e interesses internacionais, sob uma perspectiva crítica fundamentada na teoria marxista das Relações Internacionais. O Brasil, por seu vasto território e abundância de recursos naturais, desempenha papel central no cenário global ao dispor de minerais críticos, reservas hídricas e forte produção agropecuária. Esses elementos, no entanto, o tornam alvo constante das disputas entre potências mundiais, configurando um desafio de soberania e segurança nacional. A problemática que orienta este estudo está centrada em como o Brasil pode proteger seus recursos estratégicos diante das pressões externas exercidas por grandes potências, sobretudo em um contexto marcado pela transição energética, pela intensificação da rivalidade geopolítica entre China e Estados Unidos e pela crescente valorização de minerais críticos como lítio, nióbio, cobre e terras raras. A hipótese trabalhada é a de que o Brasil, ao se posicionar como fornecedor de materiais primários e de recursos essenciais, permanece inserido em uma lógica de dependência estrutural que reproduz as assimetrias econômicas do sistema internacional. O objetivo geral do artigo é compreender os desafios e as possibilidades de proteção dos recursos estratégicos brasileiros diante da conjuntura internacional contemporânea. Especificamente, busca-se: (i) mapear os recursos estratégicos mais relevantes para a segurança nacional; (ii) analisar as pressões externas sobre esses ativos no período de 2010 a 2025; (iii) discutir a posição do Brasil no Sistema-Mundo como semi-periferia; e (iv) propor caminhos para o fortalecimento da soberania nacional na gestão desses recursos. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica com enfoque na Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, análise documental de políticas públicas e relatórios governamentais, além de estudos comparativos com outros países detentores de recursos estratégicos. O recorte temporal entre 2010 e 2025 permite observar a intensificação das disputas globais por recursos, ao mesmo tempo em que o Brasil ampliou sua relevância como fornecedor de commodities agrícolas e minerais estratégicos. Os resultados preliminares indicam que, embora o Brasil disponha de abundância de recursos, a ausência de políticas públicas integradas, o baixo investimento em inovação tecnológica e a fragilidade institucional ampliam sua vulnerabilidade diante das pressões externas. Constata-se, ainda, que as assimetrias estruturais do capitalismo global mantêm o país em posição subordinada, reforçando sua dependência de exportações primárias. Conclui-se que a defesa dos recursos estratégicos brasileiros exige medidas articuladas que combinem desenvolvimento tecnológico, fortalecimento institucional, políticas de sustentabilidade e uma diplomacia assertiva. Nesse sentido, espera-se que o estudo contribua para a reflexão crítica sobre os caminhos possíveis para que o Brasil reforce sua soberania diante das dinâmicas de exploração impostas pelas grandes potências no século XXI.

Palavras-chave: Recursos Estratégicos; Sistema-Mundo; Soberania; Geopolítica.

A CONSTRUÇÃO DA CAPACIDADE CIBERNÉTICA RUSSA: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DE GRUPOS CRIMINOSOS PELO ESTADO

João Vitor Pereira Teixeira

(Relações Internacionais / UFSC)

E-mail: joaovitorpteixeira@outlook.com

Guilherme Boscardin Espindola

(Relações Internacionais / UFSC)

E-mail: guilherme.b.espindola@gmail.com

A Rússia é reconhecida como uma potência cibernética global, algo notável considerando sua estatura econômica, que é desproporcional à sua capacidade tecnológica (Jackson, 2024). O presente trabalho busca analisar os fatores históricos e socioculturais que permitiram o desenvolvimento dessa capacidade cibernética que integra o aparato formal do Estado com setores informais. O trabalho desenvolve esse argumento para responder a seguinte questão: como a Rússia instrumentalizou grupos criminosos para a construção de suas capacidades cibernéticas? Desde o colapso da União Soviética, o país manteve um forte legado educacional em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (*STEM*), formando uma base de talentos em tecnologia da informação (TI) altamente qualificada e favorecendo o desenvolvimento do poder cibernético russo (Jackson, 2024). Esse cenário, no entanto, foi e é profundamente moldado pelo contexto russo, marcado pela corrupção e persistência do crime organizado (Holmes, 2022). Jackson (2024) argumenta que é justamente a corrupção que atua como uma espécie de "cola" ligando profissionais de TI, grupos criminosos e o aparato de segurança russo, permitindo que o Estado utilize atores não-estatais para alavancar sua capacidade cibernética. Diante disso, a problemática central desta pesquisa reside em determinar como o Estado russo constrói suas capacidades cibernéticas, focando na articulação e mobilização de hackers e grupos criminosos em torno dos objetivos políticos e estratégicos do Estado russo em escala global, levando em conta o contexto histórico, político e social. O objetivo é identificar as vias pelas quais o Estado russo utiliza essa rede de corrupção e o ecossistema do crime cibernético para acessar e mobilizar atores não-estatais para suas operações cibernéticas. A metodologia adotada é qualitativa, e se dá por meio da análise de bibliografias especializadas, buscando compreender o contexto russo e como se dá a instrumentalização dos grupos criminosos pelo Estado russo. Serão usadas obras como: Jackson (2024), Laruelle e Limonier (2024), Grzegorzewski (2020), Kadlecová (2015), Sherman (2022), Holmes (2022) e Ledeneva (2000). Além disso, também será utilizado o *National Cyber Power Index* (Voo; Hemany; Cassidy, 2022), como referência para determinar as capacidades cibernéticas russas. Com isso, serão examinados textos que detalham o contexto histórico russo, o ambiente pós-soviético de corrupção e a relação que se estabeleceu entre o Estado russo e os grupos criminosos. Espera-se que esta pesquisa contribua para esclarecer e compreender melhor um dos aspectos mais importantes do poder cibernético russo: a capacidade de mobilizar grupos criminosos para se projetar no meio cibernético.

Palavras-chave: Rússia; capacidades cibernéticas; grupos criminosos.

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EUA NO PRESENTE SÉCULO: O QUE TEM EM COMUM COM O PASSADO?

Madalena de Oliveira

(Relações Internacionais/Uninter)

E-mail: madalena08061998@gmail.com

Como um meio de melhor compreender como se dá relação entre Brasil e Estados Unidos (EUA) pode-se mencionar o fato de que os do Norte foram a primeira nação a reconhecer a independência brasileira, ocorrência essa do ano de 1824. Por volta de 1902, quando o Brasil estava sob a gestão de José da Silva Paranhos Júnior, o agora conhecido como Barão do Rio Branco que nesse então era o chanceler do Brasil, essa relação diplomática foi fortalecida e formalizada por meio de um alinhamento bilateral, conhecida como ‘Política dos Primeiros Amigos’. A Política Externa Independente (PEI) iniciou com Jânio Quadros, que foi presidente do Brasil no ano de 1961, ano em que deu início ao seu governo e que também renunciou ao cargo de Chefe de Estado. A PEI teve continuidade no governo de João Goulart (Jango), que era o vice de Jânio. Ao comparar a posição do Brasil na época de Jango e na de Lula pode-se confirmar que parecem, uma vez que ambos adotaram posição de independência frente aos EUA, apesar de os Governantes atuaram em contextos internacionais distintos- Jânio em plena Guerra Fria, e Lula em um cenário multipolar e pós-Guerra Fria. Com este artigo se buscará entender através de leituras e análises bibliográficas essa relação, sendo os principais autores aqui referenciados Luana Geiger, Bárbara Motta em conjunto com Livia Milani, e Marcelo Félix em conjunto com Alexandre Violante, a pesquisa se baseia no conceito da Teoria das Relações Internacionais nominada ‘Construtivismo’, a seleção dessa teoria se deu pelo fato de a essa teoria melhor explicar o que se pretende ao redigir esse artigo, porque com a PEI o que se vê é que têm-se o sentimento de nacionalismo, de defender os próprios ideais em detrimento dos dos EUA, por exemplo. A seleção de Jango e Lula se pautou no quesito de sentimento de patriotismo, ou seja, de descrever sobre os governos que buscaram defender o que é melhor para o Brasil, sem que isso seja o que os EUA gostariam, ou que seja o que um partido político queira, mas que as relações do Brasil aumente em número de países, sem que seja necessário ter os mesmos alinhamentos ideológicos. O Brasil tem capacidade econômica e territorial para agir sem ser tutelado pelos EUA, no que concerne ao seu crescimento socioeconômico, diferentemente dos demais países da América Latina. E, para Frank Braun (2009) a opção do Brasil em dizer ‘não’ aos EUA mostra sua capacidade e posição ocupada no sistema internacional.

Palavras-chave: Brasil; Estados Unidos da América; Relações diplomáticas; América do Sul; América do Norte.

OPERAÇÃO CONDOR E CIRCULAÇÃO DA IDEIA DE DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Sophia Dalla Costa da Silveira
(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: sophia.dl.silveira@gmail.com

A Operação Condor consistiu em uma ampla rede de inteligência e de operação militar entre Chile, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia durante as décadas de 60 a meados dos anos 80, sendo central para a manutenção de regimes militares no Cone Sul e para a eficaz perseguição e aniquilação de movimentos tidos como subversivos no contexto da Guerra Fria. A maioria dos estudos da área, relativamente incipientes, lidam com eventos específicos; ou ainda da leitura dos “Arquivos do Terror” e da análise da Operação enquanto mecanismo de terrorismo de Estado. Nesta pesquisa, busca-se apresentar o estado da arte das pesquisas acerca da Operação Condor, de modo a compreender o entendimento destes estudos em relação à Doutrina de Segurança Nacional. Para isso, objetiva-se tratar da temática a partir de uma análise qualitativa de 38 obras indexadas no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) e no Google Acadêmico, organizando-as de acordo com as áreas de vinculação das pessoas autoras em História, Relações Internacionais, Ciências Sociais/Ciência Política, Multidisciplinar, Direito e Jornalismo. Conclui-se, então, que a Operação Condor ainda é estudada a partir de eventos específicos, levando a um entendimento de fatos isolados; de modo que urge novas pesquisas com uma leitura estrutural da Operação, buscando entendê-la como instrumento para manutenção hegemônica a partir da circulação e da reprodução da Doutrina de Segurança Nacional – ideia amplamente difundida por militares e estadistas estadunidenses – e de perspectivas da Teoria Crítica para analisá-la.

Palavras-chave: Operação Condor; Plano Condor; Doutrina de Segurança Nacional.

GRUPOS TERRORISTAS NAS GUERRAS POR PROCURAÇÃO NO SÉCULO XXI E OS IMPACTOS NA SEGURANÇA INTERNACIONAL

Átila Raimi Andrade Bressan Smith
(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: atilabressan@gmail.com

Bianca Barp Lenz
(Relações Internacionais/UFSC)

E-mail: biancabarplenz@gmail.com

Guerras por procuração (proxy war) ocorrem a partir do envolvimento indireto de terceiros em uma disputa, visando contornar os danos inerentes de um conflito direto. Tais disputas derivam da relação de uma das partes envolvidas com um ator alheio ao atrito direto, que instiga e direciona o conflito por meio do financiamento, treinamento e fornecimento de armas. Embora os Estados sejam os principais patrocinadores de guerras por procuração, a cooptação de atores não estatais como forças substitutas é fundamental para o processo [1]. A necessidade de uma nova definição acerca da tipologia da guerra foi resultado da mudança da dinâmica dos conflitos internacionais pós-Guerra Fria, na qual as grandes potências não disputam diretamente em decorrência da destruição mútua assegurada, e um dos pontos que essa pesquisa procura desenvolver [2]. Observa-se, assim, desde o fim da Guerra Fria, que as guerras por procuração induzidas por superpotências deram lugar a guerras por procuração motivadas por potências regionais, através da infiltração transfronteiriça de grupos de milícias extremistas [1]. O conflito entre Israel e Irã é um exemplo emblemático de guerra por procuração nos dias atuais, constituindo o foco central desta pesquisa, cujo objetivo geral é compreender o papel desempenhado pelos grupos extremistas enquanto atores na dinâmica das guerras por procuração. Nesse sentido, com raízes na Revolução Iraniana (1979), tem-se a emergência da tensão direta entre Irã e Israel, alicerçada na divergência ideológica-identitária entre o islamismo xiita e o sionismo. No século XXI, a convergência entre a doutrina iraniana e os objetivos, sobretudo ideológicos, de grupos terroristas do Oriente Médio, como o libanês Hezbollah, o palestino Hamas, e os iemenitas Houthis, culminou no suporte militar, financeiro e tecnológico iraniano a diferentes guerras por procuração travadas entre tais atores e Israel. O uso desse meio limitou a escalada do conflito entre os Estados até sua deflagração, em 2024, ao passo que impossibilitou respostas militares diretas de Israel ao Irã [3]. A hipótese central é a de que a participação de grupos terroristas como atores fundamentais nas guerras por procuração é uma tendência para o que cerca a segurança internacional. Com esse fim, dedica-se à análise de conjuntura do conflito entre Irã e Israel, com foco no papel dos grupos extremistas em sua condução. O trabalho tem como forma de abordagem a pesquisa qualitativa, e em relação ao alcance dos objetivos, segue o caráter exploratório e descritivo. Assim, adotando a ferramenta metodológica de análise de conjuntura, o procedimento técnico escolhido para a investigação foi o estudo de caso, centrada no papel dos grupos extremistas no conflito entre Irã e Israel. A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica a partir de uma literatura acadêmica pertinente sobre o caso [4]. Considerando os elementos examinados, entende-se que os grupos extremistas combinam a

participação indireta, redução de custos e limitação da escalada do conflito, ao passo que fomentam as motivações ideológicas compartilhadas com os Estados. Assim, dado o cenário analisado, sua presença em guerras por procuração é atraente para um ambiente estratégico em transformação da segurança internacional.

Palavras-chave: Guerra por procuração; Irã; Israel; Segurança; Terrorismo.

V SEPERI



2025

APOIO E REALIZAÇÃO

